Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Segunda Feira , 30 de julho de 2007.

Ofício IDB nº 004/2007.

Assunto: Solicita que o Presidente da Terceira Comissão Temática tome as providências abaixo relacionadas.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, venho a presença de Vossa Excelência, expor, ponderar e requerer o quanto segue:

Considerando que desde a aprovação da Resolução nº. 123/2007, de 06 de junho de 2007, percebo que nenhuma reunião fora agendada por Vossa Excelência, afim de fazer as emendas que julgarem necessárias para a proposta de Emenda a Lei Orgânica de nosso Município;

Considerando que temos prazos a serem rigorosamente seguidos;

Considerando que o subscritor desta face a tal ocorrido, opinou por deliberar em reunião realizada em 27 de julho de 2007, na sede desta Câmara Municipal, onde deliberamos e decidimos comunicar Vossa Excelência, para que reúna-se com os Membros de sua Comissão, afim de providenciarem as emendas que julgarem necessárias dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, afim de agilizarmos nossos trabalhos;

Face ao todo acima exposto outra alternativa não resta a este Presidente senão a de requerer que Vossa Excelência se digne em tomar todas as providencias que julgar necessárias para o bom e fiel cumprimento do que determina a respectiva Resolução nº. 123/2007, anexa.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para externar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração, esperando ser atendido quanto ao acima solicitado.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
DD. Presidente da Comissão

Ao Exmo. Sr.
IRAN DAIER BRUNHANI
DD. Presidente da Terceira Comissão Temática

Fl Nº 050/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 006 Estância Turística de Holambra, aos 13 de agosto de 2007.

Prezado Senhor,

Vimos através do presente passar as mãos de Vossa Excelência solicitado em Ofício IDB nº004/2007, Proposta para Emenda de Revisão à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, referente a Segunda Comissão Temática.

Sem mais para o momento aproveitamos o ensejo para rereiterarmos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

NICOLAU JOÃO BAKKER
Vereador/Presidente da Segunda Comissão Temática

A Sua Excelência o Senhor
IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão de Sistematização
da Câmara Municipal de Holambra
Nesta

Fl Nº 052/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 005 Estância Turística de Holambra, aos 13 de agosto de 2007.

Prezado Senhor,

Vimos através do presente passar as mãos de Vossa Excelência solicitado em Ofício IDB nº004/2007, Proposta para Emenda de Revisão à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, referente a Primeira Comissão Temática.

Sem mais para o momento aproveitamos o ensejo para rereiterarmos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

PEDRO WANDERLEI GALLI
Vereador/Presidente da Primeira Comissão Temática

A Sua Excelência o Senhor
IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão de Sistematização
da Câmara Municipal de Holambra
Nesta

Fl Nº 051/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
12
S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 007 Estância Turística de Holambra, aos 13 de agosto de 2007.

Prezado Senhor,

Vimos através do presente passar as mãos de Vossa Excelência solicitado em Ofício IDB nº004/2007, Proposta para Emenda de Revisão à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, referente a Terceira Comissão Temática.

Sem mais para o momento aproveitamos o ensejo para rereiterarmos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Vice Presidente da Terceira Comissão Temática

A Sua Excelência o Senhor
IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão de Sistematização
da Câmara Municipal de Holambra
Nesta

FI Nº 053/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

DESTINATÁRIO Nicolau João Bakker

RUA ..... Nº .....

DISCRIMINAÇÃO

Ofício IDB nº 084/07.
Cópia Resolução a
Emissão

REMETIDO EM 03 DE agosto DE 07

RECEBIDO

EM ..... / ..... / .....

ASSINATURA OU CARIMBO

DESTINATÁRIO Ivan Valter Brunhari

RUA Comissão de Ciência e Tecnologia Nº

DISCRIMINAÇÃO	RECEBIDO
Ofício nº 007/2007 Encaminha Proposta Revisão Lei Orgânica	EM 24/08/07
REMETIDO EM 21 DE agosto DE 2007	ASSINATURA OU CARIMBO

DESTINATÁRIO Ivan Valter Brunhari

RUA Comissão Orçamento Nº

RECEBIDO	DISCRIMINAÇÃO
EM 24/08/07	Ofício nº 006/2007 Encaminha Proposta Revisão Lei Orgânica
ASSINATURA OU CARIMBO	REMETIDO EM 21 DE agosto DE

DESTINATÁRIO Ivan Valter Brunhari

RUA Nº

RECEBIDO	DISCRIMINAÇÃO
EM 03/09/2007	Ofício IDB nº 004/07 Encaminha cópia Resolução a Comissão
ASSINATURA OU CARIMBO	REMETIDO EM 03 DE agosto DE

DESTINATÁRIO Ivan Valter Brunhari

RUA Comissão de Justiça e Redação Nº

RECEBIDO	DISCRIMINAÇÃO
EM 24/08/07	Ofício nº 005/2007 Encaminha Proposta Revisão Lei Orgânica
ASSINATURA OU CARIMBO	REMETIDO EM 21 DE agosto DE

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 003/2007

Estância Turística de Holambra, 18 de julho de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização , CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 27 de julho de 2007, a partir da 17 horas, para discussão da "**Revisão da Lei Orgânica do Município**"..*

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor
GERSON PEDRO DE PINA
Vereador/ Membro da Comissão
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 054 /2008
Processo 070 /2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 003/2007

Estância Turística de Holambra, 18 de julho de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 27 de julho de 2007, a partir da 17 horas, para discussão da "**Revisão da Lei Orgânica do Município**"..*

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor
NICOLAU JOÃO BAKKER
Vereador/ Relator da Comissão
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 055/2007

Processo 079/2007

Holambra, 31 de agosto de 2007

Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra

Rua Antonio Damazio Filipini, 188 - Sala 5 - Centro - Holambra-SP - CEP 13825000

AVISO À POPULAÇÃO

Conforme dispõe o artigo 50 da Lei Orgânica do Município de Holambra,combinado com o parágrafo 3º, do artigo 31 da Constituição Federal, levamos ao conhecimento de qualquer munícipe, que as Contas da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, com Parecer favorável da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Processo TC-003024/026/05), relativas ao exercício financeiro de 2005, encontram-se a disposição na Câmara Municipal, pelo prazo de sessenta (60) dias para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da Lei.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 26 de agosto de 2007.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente da Câmara Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Alameda Mauricio de Nassau, 444 - CEP: 13825-000 Holambra-SP
CNPJ: 67.172.437/0001-83 - Tel.: (19) 3802-8000
Home-Page: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: holambra@holnet.com.br

CONVITE À POPULAÇÃO

Conforme dispõe a Resolução nº103/2002 no seu artigo 2º, inciso III, a Comissão de Sistematização do Município de Holambra, irá realizar através das Audiências Públicas nos dias 28 de setembro (Sexta-feira) e 10 de outubro (Quarta-feira) do corrente ano, às 19 horas no plenário desta Casa de Leis, discussão do seguinte assunto:

REVISÃO SOBRE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

Fica encarregada das Audiências Públicas, a Comissão de Sistematização.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 26 de agosto de 2007.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente da Câmara Municipal

Fl Nº 055-B/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, DA COMISSÃO DE SITEMATIZAÇÃO, REALIZADA AOS VINTE E SETE DE JULHO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZESSETE HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL.

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e sete, às dezessete horas, reuniram-se na sede provisória da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, sito a Rua Antonio Damásio Filipini, 188, sala cinco, a Comissão de Sistematização sob a Presidência do Vereador Iran Daier Brunhani, para discussão da Proposta de Revisão da lei Orgânica. Estavam presentes os Vereadores Gerson Pedro de Pina, José Marcos de Souza, Nicolau João Bakker, o Diretor Jurídico Dr. João Batista Costa e a funcionária da Secretaria Carla Aparecida Pereira. O Presidente Iran informou que a ausência do Vereador Pedro Wanderlei Galli, foi devidamente justificada pelo mesmo, pois o mesmo já havia agendado um compromisso anteriormente, compromisso esse impossível de ser redesignado e o mesmo ocorreu fora da municipalidade, sendo certo que se encontrava em viagem, ficando no entanto impossibilitado de comparecer a primeira reunião. Após aberta a reunião o Presidente Iran passou a palavra ao Diretor Jurídico Dr. João Batista Costa que explicou a todos o motivo da presente reunião onde ele comentou que a Comissão de Sistematização deveria se reunir depois que as outras Comissões apresentassem as propostas de emendas, mas como até esse momento isto ainda não ocorreu, o Presidente Iran sugeriu que fosse feita esta reunião, que será lavrada ata de presença com a justificativa do ausente, através dessa reunião o Presidente estará formalizando aos demais Presidentes das Comissões que agilizem e entreguem as propostas de emenda que acharem por bem o mais rápido possível, e o segundo motivo da reunião, que como havia sido combinado na reunião do dia seis de julho do mês corrente, ele e o Vereador José Marcos levaram a proposta analisada ao escritório do Dr. Rafael e juntamente conferiram as alterações e as duvidas levantadas durantes as reuniões dos Senhores Vereadores para analisar a proposta. O Vereador Iran questionou se já estaria contando o prazo para a entrega das emendas, onde Dr. João respondeu que sim e que já esta contando o prazo para tramitação geral da revisão. A seguir Dr. João passou pela proposta explicando o que o Dr. Rafael e ele discutiram sobre a proposta, Nicolau questionou se o Dr. Rafael já respondeu suas duvidas, onde Dr. João lembrou que a seu pedido, a funcionária Carla cobrou por duas vezes o Dr. Rafael e até o momento não recebemos nenhuma resposta. Nicolau fez uma pequena explanação sobre a dúvida que ele tinha sobre o princípio da paridade na constituição dos conselhos e se informou no Cepam para sanar sua duvida. A seguir Dr. João continuou explicando cada artigo onde Dr. Rafael achou que estava alterada de maneira errônea e que deveria ser alterada, onde ele indicou dentro da proposta, nas cores azul como que

Fl Nº 056 /2008

Processo 079 /2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ele concorda, a cor verde onde ele explica os motivo que não se deve permanecer na alteração que aparece na cor vermelha (estará disponível junto com essa ata cópia das alterações).

Ficou deliberado na reunião que o Presidente da Comissão de Sistematização, Iran Daier Brunhani estará encaminhando oficio e cópia da Resolução para os demais Presidentes das Comissões Permanentes, que deverão apresentar no prazo de até trinta (30) dias suas respectivas propostas de emendas á revisão da Lei Orgânica Municipal, encaminhando ainda cópia da minuta do projeto com todas as alterações revista pela empresa responsável na revisão da Lei Orgânica Municipal. Os Presidentes ficarão obrigados a fornecer cópias para os demais membros da Comissão da resolução bem como da revisão para que possam elaborar e apresentar as propostas de emendas para a Comissão de Sistematização e posteriormente serem agendadas as audiências públicas.

Eu, José Marcos de Souza, lavrei a Ata da presente reunião, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Sistematização.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 27 de julho de 2007.

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
Presidente

VEREADOR NICOLAU JOÃO BAKKER
Vereador/ Relator

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/ Membro

VEREADOR GERSON PEDRO DE PINA
Vereador /Membro

Fl Nº 057/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 003/2007

Estância Turística de Holambra, 18 de julho de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 27 de julho de 2007, a partir da 17 horas, para discussão da "**Revisão da Lei Orgânica do Município**"..*

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/ Membro da Comissão
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 058 / 2008

Processo 079 / 2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 003/2007

Estância Turística de Holambra, 18 de julho de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 27 de julho de 2007, a partir da 17 horas, para discussão da "**Revisão da Lei Orgânica do Município**"..*

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor
PEDRO WANDERLEI GALLI
Vereador/ Membro da Comissão
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 159A/2007
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 014/2007

Estância Turística de Holambra, 14 de novembro de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 23 de novembro de 2007, a partir das 16 horas, para análise das propostas apresentadas na Audiência Pública que não foram analisadas na reunião anterior.

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

Recebemos
Holambra, 20 de NOVEMBRO de 2007
GERSON PINA

A Sua Excelência o Senhor
GERSON PEDRO DE PINA
Vereador/Membro da Comissão
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 059/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 014/2007

Estância Turística de Holambra, 14 de novembro de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 23 de novembro de 2007, a partir das 16 horas, para análise das propostas apresentadas na Audiência Pública que não foram analisadas na reunião anterior.

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

Recebemos
Holambra, 14 de 11 de 2007

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Membro da Comissão
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 060/2008
Processo 079/2007

PROJETO DE EMENDA DE REVISÃO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

"Procede à revisão do texto da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, na forma prevista por seu art. 10 do Ato das Disposições Transitórias".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra no uso de suas prerrogativas legais e nos termos regimentais, APROVA e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda de Revisão à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. O *caput* do art. 4º, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º. São objetivos fundamentais do Município além daqueles previstos na Constituição do Estado, construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem comum a todos os munícipes e erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, assegurando a todos o direito à educação, à saúde, à cultura, ao Meio Ambiente Sustentável, lazer, à segurança, e a assistência social, na forma desta Lei Orgânica.

Art. 2º. O art. 5º, da Lei Orgânica Municipal, passa a viger com os seguintes parágrafos:

§1º. Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos por:

R. Barão de Paranapanema, 146 - CJ 53A - 5º andar - Bosque - Campinas - SP – CEP 13.026-900 –
Tel. 19-21216203 cel. 19-96071048 – e-mail gestaoconsultoria@terra.com.br

1
Fl Nº 061/2008
Processo 079/2007

I – 1//2 (metade) dos representantes indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente por servidores integrantes da área de objeto de atuação;

II – 1/2 (metade) dos representantes indicados pela sociedade civil organizada, entre eles usuários dos serviços públicos, quando o caso, e profissionais na área objeto de atuação, residentes ou domiciliados no Município.

§2º. Os órgãos de que trata o presente artigo poderão ser constituídos por temas, áreas, regiões ou para administração global.

Art. 3º. Os incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII, as alíneas *f* e *g* do inciso XV, e o *caput*, do art.10, da Lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

Art. 10. Compete ao Município no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – incentivar e implementar projetos para o desenvolvimento turístico da cidade;

II – manter cooperação técnica e financeira com a União, Estado e Órgãos Privados, em programas de educação pré escolar, de ensino fundamental, de saúde, de assistência social, segurança, e outros do interesse municipal.

III – elaborar os orçamentos anuais e plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias fiscais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate à evasão fiscal e renúncia de receitas públicas.

Fl Nº 062/2008
Processo 079/2007

IV – dispor sobre sua organização administrativa, utilização e alienação dos bens públicos, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, de caráter essencial.

V – planejar o parcelamento, o uso e a ocupação do solo em seu território, suplementando no que couber a legislação federal e estadual, estabelecer normas de edificação e zoneamento urbano e dispor sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

VI – conceder e renovar licenças para localização e funcionamento de industrias, comércios e prestadores de serviços, bem como fazer cessar, no exercício de poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, meio ambiente, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade;

X – regulamentar, fiscalizar, sinalizar o uso das vias publicas urbanas e rurais, promove-las de limpeza e conservação através da remoção e destinação do lixo domiciliar, hospitalar e outros resíduos;

XI – prestar assistência médica e social aos munícipes, mediante seus próprios serviços ou em cooperação com o governo federal, estadual e entidades privadas;

XV – promover os seguintes serviços:

f - funerários e de cemitérios;
g - creches - retirar.

XVII – aceitar legados e doações;

XVIII – regulamentar a utilização dos logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano, determinando o itinerário e pontos de parada de cargas perigosas, pontos de parada de transporte coletivo, táxis e demais veículos, com suas respectivas

Fl Nº 063/2008
Processo 079/2007

localizações e tarifas, com zonas de silencio, transito e trafego em condições especiais.

XIX – regulamentar e dispor no que couber o meio ambiente, sua fiscalização e controle;

XXI – dispor sobre licitações e contratos, respeitadas as normas gerais editadas pela União;

XXIII – dispor sobre o regime jurídico, cargos e salários de seus servidores e organizar seu plano de carreira;

Art. 4º. Fica alterado o inciso VIII, do art. 11, da Lei Orgânica do Municipal que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 11. Omissis.

VIII – fomentar as atividades agropecuárias, organizar o abastecimento alimentar e estimular o aproveitamento social da terra;

Art. 5º. Os incisos IV, VII, IX, X, XIV, XVI, XVII e XIX, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Omissis.

IV – autorizar a obtenção e concessão de empréstimos, bem como as operações de créditos e sua forma e meios de pagamento;

VII – autorizar a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

IX – autorizar a alienação de bens imóveis, sua aquisição e sua permuta, salvo quando este se tratar de doação sem encargos;

X – Exclui-se ?????

Fl Nº 064/2008
Processo 079/2007

XIV - dar e alterar a denominação a próprio, vias e logradouros púbicos municipais;

XVI – dispor sobre o regime jurídico de seus servidores e a organização dos serviços municipais;

XVII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação de respectivos vencimentos, observada a legislação orçamentária e os limites impostos na Constituição Federal.

XIX – autorizar a criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta por plebiscito.

Art. 6º. Os incisos I, II, III, IV, X, XV, XVII. XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, e a alínea *d*, do inciso VI, do art. 16 da Lei Orgânica Municipal, passam a integrar e vigorar com a seguinte redação:

I – eleger sua Mesa ou destituí-la;
II – elaborar seu Regimento Interno, o qual disporá sobre sua organização político administrativa, provimento de cargos de seus servidores e todo e qualquer assunto de sua administração interna;
III – organizar seus serviços administrativos internos e criar ou extinguir cargos;
IV – autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;
VI – Omissis:
d – As contas de que trata esse inciso, deverão ficar por 60 (sessenta) dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

VIII – tomada de contas (declaração)... FALAR COM RAFAEL

X – convocar, por maioria de seus membros, os Secretários Municipais ou Diretor equivalente, bem como, dirigentes da administração indireta do Município para prestar esclarecimentos, aprazando dia e horários para comparecimento;

Fl Nº 065/2008
Processo 079/2007

XV – requerer a intervenção do Estado no Município nos casos previstos na Constituição Federal;

XVIII - ????????? (CADE);

XIX – sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;
XX – autorizar referendo e convocar plebiscito;
XXI – solicitar informações ao prefeito sobre assuntos referentes à Administração;
XXII – apreciar os vetos;
XXIII – deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;
XXIV – autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município;

Art. 7º. Fica alterado o *caput* do art. 18 da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 18. Ao vereador compete respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, as Leis Municipais e ainda o seguinte:

Art. 8º. Fica inserido o Parágrafo único no art. 20, da Lei Orgânica Municipal, bem como a alínea *b*, do mesmo diploma legal passa a viger com a seguinte redação:

Parágrafo único. Além das vedações, condutas e sanções previstas neste artigo a Câmara Municipal estabelecerá ainda outras a serem editadas e disciplinadas através de Código de Ética a ser editado por resolução da Câmara Municipal.

b - ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo;

Art. 9º. O art. 21, da Lei Orgânica Municipal, passa a acrescentar o inciso VII, com a seguinte:

Fl Nº 066/2008
Processo 079/2007

VII – por falecimento ou renúncia expressa;

Art. 10. O art. 22, da Lei Orgânica Municipal, seus incisos e §§, passam a ter a seguinte redação:

Art. 22. O processo de cassação de mandato de vereadores, por infração político administrativa, será definido no Regimento Interno da Câmara Municipal e obedecerá aos seguintes princípios:

I – contraditório e ampla defesa, publicidade, e motivação da decisão;
II – Iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída na forma da Constituição Federal;
III – recebimento da denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
IV – votação individual e secreta;
V – conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 dias a contar do recebimento da denúncia.

§ 1º. O processo de cassação por infração político administrativa não impede a apuração de contravenção penal, de crime comum e de responsabilidade.

§ 2º. O arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.

§ 3º. O vereador poderá ser afastado pela Câmara Municipal, com prejuízo da remuneração, quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros ou quando da apuração de crime comum ou ato de improbidade administrativa, recebida pelo Poder Judiciário, perdurando o afastamento até o transito em julgado da sentença;

Art. 11. O §3º, do art. 23, da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Fl Nº 067/2008
Processo 079/2007

Art. 23. Omissis.

§ 3º. Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença, o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso, vedado o pagamento do subsídio no período de afastamento.

05/06/2007(NÃO OCORREU) 26-06-2007 – **Art. 12. Os parágrafos do art. 31 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:**

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º As sessões da Câmara Municipal serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 3º As sessões ordinárias terão calendário próprio fixado pela Mesa da Câmara, para cada período.

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Presidente, em caso de decretação de calamidade pública ou de intervenção federal ou estadual e para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta da Câmara.

§ 5º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, sendo vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

Fl Nº 068/2008
Processo 079/2007

§ 6º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento.

Art. 13. O art. 37, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. As representações partidárias ou blocos parlamentares que participam da Câmara terão entre seus vereadores, líder e vice-líder, na forma estabelecida no seu Regimento Interno, garantida a representação nas comissões permanentes e temporárias quando couber.

Art. 14. As alíneas "e", "f" e "g" do parágrafo único, do Art. 41, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

e – Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos;

f – instituidora ou regulamentadora da Guarda Municipal;

g – Código do Meio Ambiente;

Art. 15. O Art. 47, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. Os Projetos de Resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa e de natureza externa, conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Terão discussão e votação únicas os Projetos de Resolução e de Decreto Legislativo.

Art. 16. Fica acrescentado ao art. 52, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte parágrafo único:

Fl Nº 069/2008
Processo 079/2007

Parágrafo único – O Poder Executivo no uso de suas atribuições ***deverá*** *valer-se de órgãos consultivos e deliberativos para assessoramento do planejamento municipal nos termos do que dispõe essa Lei Orgânica.*

Art. 17. O art. 54, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com os seguintes §§:

Art. 54. Omissis.

§ 1º. Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou vice-prefeito, não tiverem assumido o cargo, salvo motivo de força maior, este será declarado vago por ato do Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º. O exercício do mandato dar-se-á automaticamente com a posse, assumindo todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 18. Os incisos XVI e XXXV, do art. 62, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. Omissis.

XVI – prover os serviços e obras da administração pública e fixar os preços dos serviços públicos;

XXXV – celebrar convênios e consórcios com prévia autorização legislativa.

Art. 19. O art. 68, seus incisos e §§, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. Ocorre perda do mandato de prefeito por extinção ou por cassação, extinguindo-se o mandato do prefeito, assim declarado pelo Presidente da Câmara Municipal quando:

Fl Nº 070/2008
Processo 079/2007

I – ocorrer o falecimento;

II – ocorrer a renúncia expressa ao mandato;

III – ocorrer condenação criminal transitada em julgado;

IV – incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo Presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;

V – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista;

§ 1º. O Prefeito e o Vice Prefeito, sob pena de perda do mandato, não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
b) Patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;
c) Ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.

II – desde a posse:

a) Exercer cargo, função ou emprego público em qualquer das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;

Fl Nº 071/2008
Processo 079/2007

b) Participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;
c) Exercer outro mandato público eletivo;

Art. 20. O §1º, do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 69. Omissis.

§ 1º. O subsídio do Prefeito, estabelecido em parcela única e atendido o limite constitucional, será o teto para a remuneração dos servidores do Município, não podendo ser ultrapassado em hipótese alguma, vedado ainda qualquer vinculação.

Art. 21. O art. 74, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 74. Somente por lei complementar específica, que deverá definir as áreas de sua atuação, poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, no âmbito municipal.

Parágrafo único – Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada. (CONSULTAR DR. RAFAEL DOS INCISOS DE I ao IV).

Art. 22. O *caput,* do art. 75 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 75. A administração Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal integrados por representantes do poder público e sociedade civil organizada, obedecido ao princípio da paridade, com atribuições e composições definidas em lei e na forma prevista por esta Lei Orgânica, visando:

Fl Nº 072/2008
Processo 079/2007

...
NICOLAU IRA CONSULTAR – RAFAEL.

Art. 23. O art. 77, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 77. As pessoas jurídicas ou físicas em débito com o sistema de seguridade social, FGTS e com a Fazenda Pública Municipal, não poderão contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber qualquer benefício ou incentivos fiscais ou creditícios.

Art. 24. O ***caput*** do Art. 8 e seu § 1º, da Lei Orgânica Municipal, passam a viger com a seguinte redação:

Art. 80. A publicação das leis e atos municipais obedecerá ao disposto no § 1º do art. 37 da Carta Constitucional e far-se-á em órgão da imprensa local e na falta deste em órgão de imprensa regional de circulação no Município, bem ainda por afixação na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á por licitação a qual se levará em conta não só as condições de preços como as circunstâncias de freqüência, tiragem e distribuição.(CONSULTAR – RAFAEL)

Art. 25. Fica acrescido o seguinte § 6º, ao art. 80, da Lei Orgânica Municipal:

§ 6º - O Município preferencialmente contará com órgão de imprensa oficial próprio a ser instituído por lei especifica.

Art. 26. O art. 81, da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Art. 81. O Prefeito publicará e afixará na sede da Prefeitura, encaminhando à Câmara:

Fl Nº 073/2008
Processo 079/2007

...

Art. 27. O § 2º do art. 82, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas, ou outro sistema, convenientemente autenticados, podendo ser realizado por meio magnético ou afim.

Art. 28. O § 3º do art. 83, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º - As certidões relativas ao poder Executivo poderão ser fornecidas pelo Secretário, diretor equivalente ou Chefe de Setor com competência para tanto, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara, ou pela Primeira Secretaria.

Art. 29. O § 1º do art. 91, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - A licitação poderá ser dispensada nas hipóteses previstas no artigo 17, I, letras "a" a "f" da Lei 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º - ...

PRÓXIMA REUNIAO – 28-06-2007:

Art. 31. Os §§ 2º e 4º e o *caput,* do art. 94, da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantidos em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

Fl Nº 074/2008
Processo 079/2007

§2º. A permissão será outorgada por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de Decreto.

§4°. Quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, órgãos ou entidades públicas da administração direta ou indireta das esferas estadual ou federal, entidades assistenciais, lei específica estabelecerá a concessão que poderá ser procedida a título gratuito e dispensada a licitação, desde que presente uma das hipóteses previstas pelo art. 24, da Lei Ordinária 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 32. O §1º, do art. 99, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§1º. O Município obedecerá às normas gerais de licitação e contratos editadas pela União e as específicas constantes da Lei Estadual, podendo regulamentar no que couber as matérias de interesse local.

Art. 33. O §2º e o *caput*, do art. 106, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 106. A lei municipal disporá sobre o regime jurídico dos servidores públicos municiais, e instituirá Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, observado o disposto na Constituição Federal.

§2º. – Aplica-se aos servidores municipais, ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, e XXX, da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Art. 34. Fica alterado, *in totum*, o art. 107, da Lei Orgânica Municipal que passa a ter a seguinte redação:

Fl Nº 075/2008
Processo 079/2007

Artigo 107 – Os servidores públicos ocupantes de cargo, emprego ou funções públicas, obedecerão ao disposto artigo 37, incisos I a XVIII da Constituição Federal.

Parágrafo 1º. A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada por subsídio, na forma que preceitua o § 4º, do artigo 39 da CF.

Parágrafo 2º. O Município disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Art. 35. O art. 108, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 108. Ao servidor público municipal da administração direta autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se o disposto no artigo 38 e incisos da Constituição Federal.

Art. 36. Fica alterado, *in totum*, o art. 109, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 109. Aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e ao disposto na Constituição Federal.

§ 1º. – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados e calculados os seus proventos na forma da lei, atendidos os critérios estabelecidos na Constituição Federal.

Fl Nº 076/2008
Processo 079/2007

§ 2º. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Art. 37. Fica acrescido ao art. 112, da Lei Orgânica Municipal o seguinte inciso V:

V – contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no artigo 150, I e III da Constituição Federal.

Art. 38. Fica acrescida ao art. 113, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte alínea *c:*

c – antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.

Art. 39. Fica alterada a redação do inciso V, do art. 113, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

Art. 40. O Parágrafo único do art. 116, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. Excetuam-se do acima disposto as alterações que visem à adaptação do sistema referido a Leis superiores que entrarem em vigor após 30 de novembro de cada ano.

Art. 41. Os §§1º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 117, passam a vigorar com a seguinte redação:

§1º. O imposto previsto no inciso I, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, poderá:

Fl Nº 077/2008
Processo 079/2007

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel;
II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

§4º. A progressividade referida no Parágrafo 1º o será no tempo, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor.

§5º. A progressividade será precedida de parcelamento ou edificações compulsórios.

§6º. A Lei Municipal estabelecerá critérios objetivos para edição e atualização da Planta Genérica de valores imóveis devendo esta revisão ocorrer a cada dois anos, tendo em vista a incidência do imposto previsto no inciso I do artigo.

§7º. – Ao imposto previsto no inciso IV, caberá a Lei Complementar:

I – fixar suas alíquotas máximas e mínimas;

II – regular as formas e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos;

III – excluir de sua incidência exportação de serviços para o exterior.

Art. 42. O *caput* do art. 124, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 124. Leis de iniciativa do Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes na Constituição Federal:

Art. 43. Fica acrescido ao art. 124, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte §6º:

Fl Nº 078/2008
Processo 079/2007

Parágrafo 6º. – Os orçamentos compatibilizados com o Plano Diretor terão entre suas funções a redução de desigualdades entre os Distritos ou localidades do Município segundo critérios populacionais.

Art. 44. O art. 125, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter o seguinte parágrafo único:

Artigo 125 – Omissis.

Parágrafo Único – Os projetos de emenda serão apresentados na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer e serão apreciadas na forma regimental pelo plenário da Câmara Municipal.

Art. 45. Fica acrescido à Lei Orgânica Municipal o seguinte art 131-A:

Art. 131a. O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 46. O *caput*, do art. 132, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 132. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, assegurando:

Art. 47. Ficam acrescidos os seguintes §§ ao art. 133, da Lei Orgânica Municipal:

§1º. A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

I. Instrumentos de planejamento:
a) Plano Plurianual;

Fl Nº 079/2008
Processo 079/2007

b) *Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
c) *Lei de Orçamento Anual;*
d) *Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Macrozona Urbana;*
e) *Lei de edificações;*
f) *Planos de desenvolvimento econômico e social;*
g) *Planos, programas e projetos setoriais;*
h) *Programas e projetos especiais de urbanização;*
i) *Instituição de unidades de conservação;*
j) *Zoneamento Ambiental.*

II. *Instrumentos jurídicos e urbanísticos:*
a) *Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;*
b) *IPTU Progressivo no Tempo;*
c) *Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;*
d) *Zonas Especiais de interesse social;*
e) *Outorga Onerosa do Direito de Construir;*
f) *Transferência do Direito de Construir;*
g) *Operações Urbanas Consorciadas;*
h) *Consórcio Imobiliário;*
i) *Direito de Preferência;*
j) *Direito de Superfície;*
k) *Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);*
l) *Licenciamento Ambiental;*
m) *Tombamento;*
n) *Desapropriação;*
o) *Compensação ambiental.*

III. *Instrumentos de regularização fundiária:*
a) *Concessão de direito real de uso;*
b) *Concessão de uso especial para fins de moradia;*
c) *Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião.*

IV. *Instrumentos tributários e financeiros:*
a) *Tributos municipais diversos;*
b) *Taxas e tarifas públicas específicas;*

Fl Nº 080/2008
Processo 079/2007

c) Contribuição de Melhoria;
d) Incentivos e benefícios fiscais;

V. Instrumentos jurídico-administrativos:
a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;
b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
f) Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta;
g) Dação de imóveis em pagamento da dívida

VI. Instrumentos de democratização da gestão urbana:
a) Conselhos municipais;
b) Fundos municipais;
c) Gestão orçamentária participativa;
d) Audiências e consultas públicas;
e) Conferências municipais;
f) Iniciativa popular de projetos de lei;
g) Referendo Popular e Plebiscito;

§2.° Os instrumentos elencados no presente artigo, deverão ser abordados pelo Plano Diretor e legislação regulamentadora, para seu devido disciplinamento.

Art. 48. Os incisos I, IV e V, do art. 134, da Lei Orgânica Municipal, passam a viger com a seguinte redação:

I – ordenação da expansão urbana e acesso de todos a propriedade e moradia;

IV – prevenção e correção das distorções do crescimento urbano e da valorização da propriedade.

Fl Nº 081/2008
Processo 079/2007

V – adequação do direito de construir com normas urbanísticas que incentivem o patrimônio cultural e turístico;

Art. 49. Ficam acrescidos os seguintes incisos ao art. 134, da Lei Orgânica Municipal:

VI – proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, cultural, turístico e paisagístico.

VI – controle do uso do solo, evitando:

a) Parcelamento do solo e edificação vertical excessivos, em relação aos equipamentos urbanos e comunitários;
b) Ociosidade, subutilização e inutilização do solo urbano edificável;
c) Uso irregular, incompatível ou inconveniente;

Art. 50. O art. 157, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 157. Lei específica estabelecerá regras para a concessão de incentivos ao desenvolvimento das atividades econômicas no Município, estabelecendo programa de trabalho para o setor.

Art. 51. O Capítulo IV, do Título V, da Ordem Econômica, passa a ser denominado, Da Política de Desenvolvimento Rural, passando a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO IV
Da Política de Desenvolvimento Rural

Art. 158. Cabe ao Município:

I - Apoiar a produção agropecuária, através de:
a) promoção de assistência técnica;
b) instalação de estação municipal de fomento;

Fl Nº 082/2008
Processo 079/2007

c) *implantação do serviço municipal de máquinas agrícolas;*
d) *criação de bolsa municipal de arrendamento de terras;*

II - Apoiar a circulação da produção agropecuária através de:
a) *estímulo à criação de canais alternativos de comercialização;*
b) *construção e manutenção de estradas vicinais;*
c) *adoção e manutenção de um Plano Viário Rural.*

III - Promover a melhoria das condições do homem do campo, através de:
a) *manutenção de equipamentos sociais na zona rural;*
b) *garantia e fiscalização dos serviços de transporte irregular dos trabalhadores rurais;*
c) *formação de agentes rurais de saúde;*
d) *estímulo à formação e manutenção de um conselho agropecuário municipal, através de legislação específica;*
e) *implantação e manutenção de Sistema de Eletrificação e Telefonia Rural;*
f) *implantação e manutenção de sistema de armazéns e silos.*

IV - Incentivar o associativismo e cooperativismo.

V - Participar do estabelecimento de zoneamento agropecuário que oriente o desenvolvimento de programas regionais de produção e comercialização.

Art. 159. O plano diretor de desenvolvimento rural integrado deverá conter:

I - diagnóstico da realidade rural do município, soluções e diretrizes para o desenvolvimento setor primário;
II - fontes de recursos orçamentários para financiar as ações propostas e participação dos segmentos envolvidos na produção agropecuária local, na sua concepção e implantação.

Art. 160. A política rural deverá buscar os seguintes objetivos:

Fl Nº 083/2008
Processo 079/2007

I - explorar as potencialidades da região na produção de flores, alimentos, matérias-primas e produtos energéticos, que atendam prioritariamente às necessidades regionais;

II - fazer cumprir a função social da propriedade rural.

Art. 161. O poder público municipal para preservação do meio ambiente manterá mecanismos de controle e fiscalização:

I - do uso de produtos agrotóxicos, dos resíduos industriais e agro-industriais lançados nos rios e córregos localizados no território do município;

II - do uso do solo rural no interesse do combate à erosão e na defesa de sua conservação, especialmente:

a) do escoamento da águas pluviais e de irrigação;
b) das ações de impermeabilização do solo.

Parágrafo único. As ações de impermeabilização do solo serão objeto de lei específica que estabelecerá um Plano Municipal de Permeabilidade do Solo.

Art. 162. Fica instituído direito de servidão administrativa ao município, em dois metros para cada margem das estradas municipais, além do leito carroçável, o qual não poderá ser nunca inferior a sete metros de largura.

Art. 52. Os §§1º e 2º do art. 169, da lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

§1º. O Município providenciará, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa e recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, respeitando sempre o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

FI Nº 084/2008
Processo 079/2007

§2º. Para alcançar os objetivos estabelecidos neste artigo, deve ser mantido o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) que estabelecerá uma política de defesa do meio ambiente, que elabore o planejamento e o zoneamento ambientais, sendo garantida a participação de entidades de classe, de moradores, de tecnologias e de órgãos governamentais.

Art. 53. fica modificado o art. 173, da Lei Orgânica Municipal, que passa a contar com os §§1º a 4º tendo a seguinte redação:

Art. 173. As empresas privadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, deverão atender rigorosamente às normas de proteção ambiental, sendo vedada a renovação do alvará de funcionamento, da permissão ou concessão nos casos de infrações graves ou nas suas reincidências.

Art. 54. O art. 176, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 176. O Município poderá implementará e estimulará a criação e manutenção de unidades públicas e privadas de conservação e preservação ambiental, bem como, projetos que possibilitem a redução de emissões de gases estufa denominados de Projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), nos termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC).

Art. 55. Ficam acrescidos ao art. 182, da Lei Orgânica Municipal, os seguintes incisos XXI e XXII:

XXI – instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelecendo normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos;

XXII – criar o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Fl Nº 085/2008
Processo 079/2007

Art. 56. Fica acrescido ao art. 185, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte inciso VII:

VII - faixas de proteção de 30,00 (trinta) metros ao longo de cada uma das margens dos rios e córregos do Município.

Art. 57. Fica acrescido ao art. 188, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte inciso IV:

IV – implantar sistema autônomo de gerenciamento do lixo domiciliar urbano e de resíduos sólidos.

Art. 58. Fica acrescido ao art. 192, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte inciso VI:

VI – aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde, de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 77 da Constituição Federal.

Art. 59. Fica acrescido ao art. 193, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte §2º, passando seu parágrafo único a denominar-se §1º:

§2º. O Município poderá estabelecer consórcio com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à saúde.

Art. 60. Fica acrescido à Lei Orgânica Municipal o seguinte art. 255-A:

Art. 255a. O Município implementará a Política Municipal do Idoso, através de lei específica destinada a este fim.

Art. 61. Fica alterada a redação do art. 263, da Lei Orgânica Municipal, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 263. O Município manterá sua Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, assim como à

Fl Nº 086/2008
Processo 079/2007

segurança dos cidadãos, respeitadas as competências estadual de federal.

Art. 62. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Orgânica Municipal:

a) Parágrafo único do art. 5º;
b) Art. 29;
c) Art. 30;
d) §2º do art. 31
e) Art. 32;
f) §1º do art. 33;
g) §§2º a 4º do art.34;
h) §§1º a 4º, do art. 37;
i) §§ 2º e 3º, do art. 47;
j) Art. 79, seus incisos I e II e §§1º e 2º;
k) §2º, do art. 91;
l) §§2º e 3º, do art. 99;
m) incisos I a IV, do art. 108;
n) §1º, do art. 138;
o) art. 139 e seu parágrafo único;
p) art. 143;
q) art. 144;
r) art. 145 e parágrafo único;
s) art. 151 e 152;
t) art. 163 a art.168;

Art. 63. Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Fl Nº 087/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 013/2007

Estância Turística de Holambra, 16 de outubro de 2007.

Assunto: *Convite para participar da Audiência Pública.*

Senhora Diretora,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, convidamos Vossa Senhoria para participar da "**Audiência Publica"** que será realizada nos dia 30 de outubro (terça-feira) de 2007, ás 19 horas, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão sobre a "**Revisão da Lei Orgânica do Município**".*

As Audiências Públicas são instrumentos democráticos para a apresentação de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação governamental. O Regimento Interno desta Câmara solicita que todas as associações e entidades Municipais, sejam informadas e convidadas para que juntas possam analisar a nossa Lei Orgânica Municipal.

A participação de todos é essencial para o desenvolvimento do nosso Município.

Atenciosamente.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente
Comissão de Sistematização

A Sua Senhoria a Senhora,
NEIDE BECKER DE ALMEIDA
Diretora de Educação
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 088/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 013/2007

Estância Turística de Holambra, 16 de outubro de 2007.

Assunto: *Convite para participar da Audiência Pública.*

Senhor Presidente,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, convidamos Vossa Senhoria para participar da "**Audiência Publica"** que será realizada nos dia 30 de outubro (terça-feira)de 2007, ás 19 horas, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão sobre a "**Revisão da Lei Orgânica do Município**".*

As Audiências Públicas são instrumentos democráticos para a apresentação de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação governamental. O Regimento Interno desta Câmara solicita que todas as associações e entidades Municipais, sejam informadas e convidadas para que juntas possam analisar a nossa Lei Orgânica Municipal.

A participação de todos é essencial para o desenvolvimento do nosso Município.

Atenciosamente.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente
Comissão de Sistematização

A Sua Senhoria o Senhor,
EDUARDO WALRAVENS
Presidente da Cooperativa
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 089/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ATA DA AUDIÊNCIA PUBLICA Nº. 002/2007, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SITEMATIZAÇÃO, REALIZADA AOS VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZENOVE HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA DISCUSSÃO À EMENDA DE REVISÃO Nº001/2007 À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e sete, às dezenove horas, reuniram-se na sede provisória da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, sito a Rua Antonio Damásio Filipini, 188, sala cinco, os membros da Comissão de Sistematização sob a Presidência do Vereador Iran Daier Brunhani, para realizar a Audiência Publica nº. 002/2007, para discussão da Proposta de Revisão da Lei Orgânica. Estavam presentes os Vereadores José Marcos de Souza, Nicolau João Bakker, Pedro Wanderlei Galli e estando ausente o Vereador Gerson Pedro de Pina. Estavam presentes o Senhor Geza F. G. Arbocz, Presidente do Comdema, a Senhora Maria J. K. G. Timmermans, Presidente da Associação Príncipe Bernardo e seu esposo Pierre Timmermans, a Senhora Aparecida Prates, Presidente do Conselho Municipal de Educação, a Senhora Andréia Montoro, membro do Conselho do Fundeb e seu esposo Marcel A. Montoro, membro do Conselho Municipal de Educação, também estava presente o Senhor Petrus Bartholomeus Weel da Ong Hamigos. Dando inicio a Audiência, o Presidente da Comissão de Sistematização, Iran Daier Brunhani agradeceu a presença de todos e comentou o seguinte: "A partir da Constituição Federal de 1988, os Municípios passaram a editar suas leis orgânicas, espécies de Constituições Municipais, os Municípios existentes editaram as suas respectivas leis orgânicas em 1990. Holambra por ser ter sido transformada em Município em 1991 e o Prefeito e Vereadores tomaram posse em 1993, por isso sua lei foi editada em 1993, entretanto, considerando que a sociedade não é estática e passa por constantes mudanças, faz-se necessário que, de tempos em tempos, ocorra uma adaptação da lei a realidade social do Município. Nessas condições é exatamente por isso que nossa lei orgânica, previu a possibilidade de revisão das suas normas a cada cinco anos (Artigo 10), por isso em 2000 foi feita a primeira revisão e agora irá acontecer a segunda, para melhor conhecer o processo de revisão e sua tramitação, foram criadas as seguintes comissões: Primeira Comissão Temática (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), sendo os membros: Pedro Wanderlei Galli, Presidente; Antonio Marcos Fernandes, Vice-Presidente e José Marcos de Souza, membro. A segunda Comissão Temática (Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade), sendo os membros: Nicolau João Bakker, Presidente; Gerson Pedro de Pina; Vice-Presidente e José Marcos de Souza, membro. A Terceira Comissão Temática (Comissão de Obras e Serviços Públicos, Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Turismo e planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, sendo os membros: Iran Daier Brunhani, Presidente; Astério Pinto Filho, Vice-Presidente e Naiara Regitano Hendrikx, membro. A Comissão de Sistematização que estará apreciando o anteprojeto e as emendas da revisão, ficou constituída da seguinte maneira: Presidente: Iran Daier Brunhani; Relator: Nicolau João Bakker; Membro: Gerson Pedro de Pina; Membro: José Marcos de Souza e o outro Membro: Pedro Wanderlei Galli. Este trabalho é fruto de

Fl Nº 090/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

um esforço que envolveu todos os Vereadores desta Legislatura, líderes de todos os partidos políticos, sem distinções; as Comissões e funcionários desta Casa de Leis, em especial o Departamento Jurídico e ao nosso atual Presidente Wilson Barbosa, que não mediu esforços para que todo esse trabalho objetivasse agilizar a justiça e aumentar a segurança jurídica no Município, não só contribuindo para a simplificação da aplicação do direito por seus operadores, mas também facilitando a compreensão por parte da população sobre seus direitos, deveres e garantias, assegurando a cidadania plena da sociedade holambrense. Sendo assim, é com satisfação que passo cópia da revisão ao público presente para que possam analisar e opinar para a democracia de nosso município, onde poderão estar entregando na Secretária desta Casa de Leis, onde as propostas serão analisadas pela Comissão de Sistematização, que é responsável pela revisão da Lei Orgânica", finalizou, lembrando que na última pagina é o local para estar sendo colocada as sugestões de propostas. A seguir o Vereador Nicolau João Bakker fez o uso da palavra e comentou o porquê que a Lei Orgânica precisa de revisão a cada cinco anos, porque no decorrer do tempo a Constituição Brasileira recebeu várias emendas e cada Município precisa se adaptar a essas mudanças, também existem outras leis estaduais que também interferem dentro do município, motivo que se faz necessário a revisão da Lei Orgânica, citou como exemplo o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal que mexeu com a vida política de muitos municípios e trouxe avanços significativos para a política nacional e tem aspectos de seriam interessantes constar dentro da Lei Orgânica do Município. Nicolau exemplificou também como o Estatuto das Cidades, é uma legislação federal que orienta o crescimento das cidades brasileiras, sendo uma legislação nova, mas tem muitos benefícios para que os municípios se desenvolvam bem, comunicou se os presentes prestarem a atenção na revisão proposta o Artigo 46 , acresce parágrafos no Artigo 133 da Lei Orgânica, sendo instrumentos urbanísticos que constam no Estatuto das Cidades e ainda não constam em nossa LOM. Nicolau mencionou que Holambra está na fase final da elaboração do Plano Diretor e que esses instrumentos urbanísticos devem ser legados em conta e constarem na LOM, porque essa Lei é que comanda a vida política do Município, enfatizou a importância da população acompanhar e participar desse processo que influi no andamento da cidadania no Município, finalizou. A seguir Iran comentou que os Vereadores e funcionários não mediram esforços, foram convidados muitas pessoas da cidade, entidades, associações, ongs, mas infelizmente a participação está sendo pequena e que gostaria que a Casa estivesse cheio de pessoas para opinarem na revisão. Novamente a palavra foi passada ao Vereador Nicolau que comentou todos os presentes deve levar a proposta para casa, se possível confrontar as mudanças com a Lei Orgânica atual, citando que infelizmente a Câmara não possui mais um estoque de exemplares de leis, mas que poderemos encaminhar por e-mail a quem tiver interesse, lembrou que a próxima audiência será no dia dez de outubro e será o momento de trazer sugestões para que não concorda com a proposta oferecida. Nicolau recordou que essa revisão teve a assessoria de um escritório de Campinas, pessoas preparadas que analisaram cada item, aqui na Câmara também houve várias discussões e analisamos cada item, solicitou que os membros de

Fl Nº 091/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

entidades levassem essa revisão para os demais membros e discutirem juntos porque é um momento importante para o nosso município, cada entidade pode contribuir com mudanças, sugestões. Logo em seguida o Vereador Iran comentou que o Presidente Wilson Barbosa não mediu esforços para a cor tratação de técnico para ser feito a revisão, porque precisamos nos adaptar as mudanças feitas na Constituição e que o Vereador infelizmente não domina essa parte técnica, mas que foi estudado e analisado cada item para se chegar a essa proposta, todos se esforçaram muito. A seguir o Vereador Pedro Wanderlei Galli pediu o uso da palavra e comentou que os Vereadores tiveram uma preocupação muito grande quanto a essa revisão de deixar a Lei Orgânica o mais simples e objetiva possível, assim como a linguagem mais acessível para que todos possam entender, finalizou. Logo em seguida o Vereador Iran comentou que esta revisão não tem cunho político e vai servir para outra administração e não somente para esta. A seguir Nicolau comentou que quando os presentes analisarem, perceberão que capítulos inteiros foram alterados e cortados, porque os advogados acharam que alguns item são pontos que não cabem dentro da Lei Orgânica e sim dentro do Regimento Interno da Câmara que rege o funcionamento desta Casa de Leis, foi discutido pelos vereadores e concordamos que deveria ficar no Regimento, que futuramente também deverá passar por uma revisão para adequação. A seguir o Vereador Iran comentou que não havendo mais nada a tratar, encerrou a presente Audiência, convidando os presentes para participarem da Audiência Publica nº. 003/2007, que será realizada no dia 10 de outubro de 2007, às 19 horas, no Plenário desta Casa de Leis. Eu, Nicolau João Bakker, lavrei a presente Ata que será lida e assinada pelos membros da Comissão de Sistematização.

Câmara Municipal de Estância Turística de Holambra, 28 de setembro de 2007.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador /Presidente

NICOLAU JOÃO BAKKER
Vereador/Relator

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Membro

PEDRO WANDERLEI GALLI
Vereador /Membro

Fl Nº 092/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _45º._____ § ___.Único.___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:

Caput do artigo

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas nas Leis Federais, em especial "Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001" e o que estiver contido no Plano Diretor Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais do município e garantir o bem estar de seus habitantes, assegurando:

Justificativa:

A redação existente na LOM em vigor é mais fácil de acompanhar e permitir que a população possa fazer as suas emendas nas audiências públicas relacionadas ao Orçamento

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 093/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:10
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: ___2º___ § __1º____ inciso ___II___ item _____ alínea _____

Texto da Emenda:

Acrescentar no Inciso II a criação de um Conselho Central (CMDU) e Câmaras Temáticas para os demais conselhos.

Justificativa:

Para melhor adequação do Projeto de Revisão a Lei Orgânica ao Município de Holambra.

Proponente: PETRUS B. WEEL **Fone: 38021240**

Endereço: RUA DAS PRIMAVERAS, Nº. 1169.

Data: 10/10/2007 **Assinatura:** P.B. Weel

Fl Nº 094/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 268/2007
Fls. Nº 01 Livro Nº 007
Data 10/10/01 Hora 11:15
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: ___2º___ § __1º____ inciso _I___ item _____ alínea _____

Texto da Emenda:

Acrescentar no Inciso I a quantidade de representantes: 3 (três) representantes do Poder Publico e 3 (três) representantes da Sociedade Civil.

Justificativa:

Para melhor adequação do Projeto de Revisão a Lei Orgânica ao Município de Holambra.

Proponente: PETRUS B. WEEL **Fone: 38021240**

Endereço: RUA DAS PRIMAVERAS, Nº. 1169.

Data: 10/10/2007 **Assinatura:** P.B. Weel

Fl Nº 095 / 2008
Processo 0-0 / 2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 268/2007
Fls. Nº 037 Livro Nº 009
Data 10/10/07 Hora 11:15
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _3º._____ § ___inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

Justificativa:
Trata-se de um pedido de explicação sobre o inciso VIII que existia na LOM e cujo texto foi mudado para o XVIII, assim sendo vamos ter dois incisos com o mesmo texto. Verificar como fica a numeração no caso de um dos incisos ser eliminado.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 099/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: __5º.____ § _____ inciso _IV_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

IV – deliberar e votar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento.

Justificativa:
Torna a LOM mais consistente com os demais textos versando sobre o mesmo assunto

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 100/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 179/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _5º._____ § _____ inciso _VII____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

VII - deliberar e votar sobre a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais.

Justificativa:
Na alteração da LOM está escrito que VII – autorizar a concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais, o que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a concessão e permissão.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 101/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _5º._____ § _____ inciso _IX____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

IX - deliberar e votar sobre a alienação de bens imóveis, sua aquisição e sua permuta, salvo quando este se tratar de doação sem encargos.

Justificativa:
Na alteração da LOM está escrito que IX– autorizar a alienação de bens imóveis ....., o que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a alienação de bens imóveis.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 102/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _5º._____ § _____ inciso _XVII____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

XVII - deliberar e votar sobre a criação, transformação e extinção de.....

Justificativa:
Na alteração da LOM está escrito que XVII– criação, transformação e extinção de cargos, empregos e....., o que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 103/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:46
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: __2º.____ § ___2º.___ inciso _____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

$ 2º. Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos nos casos de competência municipal serão constituídos:

I – 1/3 (um terço) por representantes do Poder Municipal preferencialmente por servidores integrantes da área de objeto de atuação;

II – 1/3 (um terço) por representantes dos usuários dos serviços da área, residentes em Holambra.

III – 1/3 (um terço) por representantes dos profissionais atuantes na área, residentes em Holambra.

Justificativa:
Para que o trabalho dos Conselhos Municipais espelhe a vontade dos munícipes e permita aos trabalhadores de cada setor terem como porta voz os usuários do sistema, sem o risco de sofrerem nenhuma retaliação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 096/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _5º._____ § _____ inciso _XIX____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

XIX - deliberar e votar sobre a criação, organização e supressão de Distritos....

Justificativa:
Na alteração da LOM está escrito que XIX– autorizar a criação, organização e....., o que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a criação, organização e.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 104/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _6º._____ § __._inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

Justificativa:
Trata-se de uma explicação pela não existência do inciso XVIII neste artigo, já que na LOM original a numeração para no XVII e nesta alteração da LOM a numeração segue com XIX.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 105/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DA PRIMEIRA COMISSÃO TEMÁTICA.

DA NOVA REDAÇÃO AO TÍTULO I- DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO (Artigos 1 a 71).

Título I- Da Organização do Município.

Capítulo I
Do Município

Art. 1º. O *caput* do art. 4º, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º. São objetivos fundamentais do Município além daqueles previstos na Constituição do Estado, construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem comum a todos os munícipes e erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, assegurando a todos o direito à educação, à saúde, à cultura, ao Meio Ambiente Sustentável, lazer, à segurança, e a assistência social, na forma desta Lei Orgânica.

Art. 2º. O art. 5º, da Lei Orgânica Municipal, passa a viger com os seguintes parágrafos:

§1º. Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos por:

I – 1//2 (metade) dos representantes indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente por servidores integrantes da área de objeto de atuação;

II – 1/2 (metade) dos representantes indicados pela sociedade civil organizada, entre eles usuários dos serviços públicos, quando o caso, e profissionais na área objeto de atuação, residentes ou domiciliados no Município.

Fl Nº 001 /2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

§2º. Os órgãos de que trata o presente artigo poderão ser constituídos por temas, áreas, regiões ou para administração global.

Art. 3º. Os incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII, as alíneas *f* e *g* do inciso XV, e o *caput*, do art.10, da Lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

Art. 10. Compete ao Município no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – incentivar e implementar projetos para o desenvolvimento turístico da cidade;

II – manter cooperação técnica e financeira com a União, Estado e Órgãos Privados, em programas de educação pré escolar, de ensino fundamental, de saúde, de assistência social, segurança, e outros do interesse municipal.

III – elaborar os orçamentos anuais e plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias fiscais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate à evasão fiscal e renúncia de receitas públicas.

IV – dispor sobre sua organização administrativa, utilização e alienação dos bens públicos, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, de caráter essencial.

Fl Nº 002 /2007

Processo 079 /2007

Art. 6º. Os incisos I, II, III, IV, X, XV, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, e a alínea *d*, do inciso VI, do art. 16 da Lei Orgânica Municipal, passam a integrar e vigorar com a seguinte redação:

Art.16- Omissis.

I – eleger sua Mesa ou destituí-la;
II – elaborar seu Regimento Interno, o qual disporá sobre sua organização político administrativa, provimento de cargos de seus servidores e todo e qualquer assunto de sua administração interna;
III – organizar seus serviços administrativos internos e criar ou extinguir cargos;
IV – autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;
VI – Omissis:
d – as contas de que trata esse inciso, deverão ficar por 60 (sessenta) dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.
X – convocar, por maioria de seus membros, os Secretários Municipais ou Diretor equivalente, bem como, dirigentes da administração indireta do Município para prestar esclarecimentos, aprazando dia e horários para comparecimento;
XV – requerer a intervenção do Estado no Município nos casos previstos na Constituição Federal;
XIX – sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;
XX – autorizar referendo e convocar plebiscito;
XXI – solicitar informações ao prefeito sobre assuntos referentes à Administração;
XXII -- apreciar os vetos;
XXIII – deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;
XXIV – autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município;

Art. 7º. Fica alterado o *caput* do art. 18 da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Fl Nº 005 /2008
Processo 079 /2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Art. 18. Ao Vereador compete respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, as Leis Municipais e ainda o seguinte:

Art. 8º. Fica inserido o Parágrafo único no art. 20, da Lei Orgânica Municipal, bem como a alínea *b*, do mesmo diploma legal passa a viger com a seguinte redação:

Parágrafo único. Além das vedações, condutas e sanções previstas neste artigo a Câmara Municipal estabelecerá ainda outras a serem editadas e disciplinadas através de Código de Ética a ser editado por resolução da Câmara Municipal.

b - ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo;

Art. 9º. O art. 21, da Lei Orgânica Municipal, passa a acrescentar o inciso VII, com a seguinte:

VII – por falecimento ou renúncia expressa;

Art. 10. O art. 22, da Lei Orgânica Municipal, seus incisos e §§, passam a ter a seguinte redação:

Art. 22. O processo de cassação de mandato de vereadores, por infração político administrativa, será definido no Regimento Interno da Câmara Municipal e obedecerá aos seguintes princípios:

I – contraditória e ampla, defesa, publicidade, e motivação da decisão;
II – Iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída na forma da Constituição Federal;
III – recebimento da denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
IV – votação individual e secreta;
V – conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 dias a contar do recebimento da denúncia.

Fl Nº 006/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Presidente, em caso de decretação de calamidade pública ou de intervenção federal ou estadual e para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta da Câmara.

§ 5º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, sendo vedada o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

§ 6º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento.

Art. 13. O art. 37, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. As representações partidárias ou blocos parlamentares que participam da Câmara terão entre seus vereadores, líder e vice-líder, na forma estabelecida no seu Regimento Interno, garantida a representação nas comissões permanentes e temporárias quando couber.

Art. 14. As alíneas "e", "f" e "g" do parágrafo único, do Art. 41, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

e – Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos;
f – Instituidora ou regulamentadora da Guarda Municipal;
g – Código do Meio Ambiente;

Fl Nº 007/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

§ 1º. O processo de cassação por infração político administrativa não impede a apuração de contravenção penal, de crime comum e de responsabilidade.

§ 2º. O arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.

§ 3º. O Vereador poderá ser afastado pela Câmara Municipal, com prejuízo da remuneração, quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros ou quando da apuração de crime comum ou ato de improbidade administrativa, recebida pelo Poder Judiciário, perdurando o afastamento até o transito em julgado da sentença;

Art. 11. O §3º, do art. 23, da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Art. 23. Omissis.

§ 3º. Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença, o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso, vedado o pagamento do subsídio no período de afastamento.

Art. 12. Os parágrafos do art. 31 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.
§ 2º As sessões da Câmara Municipal serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 3º As sessões ordinárias terão calendário próprio fixado pela Mesa da Câmara, para cada período.

Fl Nº 008/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Art. 15. O Art. 47, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. Os Projetos de Resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa e de natureza externa, conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Terão discussão e votação únicas os Projetos de Resolução e de Decreto Legislativo.

Art. 16. Fica acrescentado ao art. 52, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único – O Poder Executivo no uso de suas atribuições ***deverá*** *valer-se de órgãos consultivos e deliberativos para assessoramento do planejamento municipal nos termos do que dispõe essa Lei Orgânica.*

Art. 17. O art. 54, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com os seguintes §§:

Art. 54. Omissis.

§ 1º. Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou Vice-Prefeito, não tiverem assumido o cargo, salvo motivo de força maior, este será declarado vago por ato do Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º. O exercício do mandato dar-se-á automaticamente com a posse, assumindo todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 18. Os incisos XVI e XXXV, do art. 62, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. Omissis.

Fl Nº 009/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

XVI – prover os serviços e obras da administração pública e fixar os preços dos serviços públicos;

XXXV – celebrar convênios e consórcios com prévia autorização legislativa.

Art. 19. O art. 68, seus incisos e §§, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. Ocorre perda do mandato de Prefeito por extinção ou por cassação, extinguindo-se o mandato do Prefeito, assim declarado pelo Presidente da Câmara Municipal quando:

I – ocorrer o falecimento;

II – ocorrer a renúncia expressa ao mandato;

III – ocorrer condenação criminal transitada em julgado;

IV – incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo Presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;

V – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista;

§ 1º. O Prefeito e o Vice Prefeito, sob pena de perda do mandato, não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

Fl Nº 010/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

b) Patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;
c) Ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.

II – desde a posse:

a) Exercer cargo, função ou emprego público em qualquer das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;
b) Participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;
c) Exercer outro mandato público eletivo.

Art. 20. O §1º, do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 69. Omissis.

§ 1º. O subsídio do Prefeito, estabelecido em parcela única e atendido o limite constitucional, será o teto para a remuneração dos servidores do Município, não podendo ser ultrapassado em hipótese alguma, vedado ainda qualquer vinculação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2007.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Primeira Comissão Temática)

PEDRO WANDERLEI PEDRO GALLI
Vereador/Presidente

ANTONIO MARCOS FERNANDES
Vereador/Vice- Presidente

JOSE MARCOS DE SOUZA
Vereador/ Membro

011/2008

Fl Nº ~~110/2008~~

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DA SEGUNDA COMISSÃO TEMÁTICA.

DA NOVA REDACÃO AO TÍTULO III- DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL.(Artigo 72 a 128)

Titulo III - Da Organização Administrativa Municipal

CAPÍTULO I
Da Administração Municipal

Art. 21. O art. 74, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 74. Somente por lei complementar específica, que deverá definir as áreas de sua atuação, poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, no âmbito municipal.

Parágrafo único – Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Art. 22. O *caput*, do art. 75 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 75. A administração Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal integrados por representantes do poder público e sociedade civil organizada, obedecido ao princípio da paridade, com atribuições e composições definidas em lei e na forma prevista por esta Lei Orgânica, visando:

Art. 23. O art. 77, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 77. As pessoas jurídicas ou físicas em débito com o sistema de seguridade social, FGTS e com a Fazenda Pública Municipal, não

012/2008

Fl Nº 021/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

poderão contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber qualquer benefício ou incentivos fiscais ou creditícios.

Art. 24. O ***caput*** do Art. 80 e seu § 1º, da Lei Orgânica Municipal, passam a viger com a seguinte redação:

Art. 80. A publicação das leis e atos municipais obedecerá ao disposto no § 1º do art. 37 da Carta Constitucional e far-se-á em órgão da imprensa local e na falta deste em órgão de imprensa regional de circulação no Município, bem ainda por afixação na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á por licitação a qual se levará em conta não só as condições de preços como as circunstâncias de freqüência, tiragem e distribuição.

Art. 25. Fica acrescido o seguinte § 6º, ao art. 80, da Lei Orgânica Municipal:

§6º - O Município preferencialmente contará com órgão de imprensa oficial próprio a ser instituído por lei especifica.

Art. 26. O art. 81, da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Art. 81. O Prefeito publicará e afixará na sede da Prefeitura, encaminhando à Câmara:

.....

Art. 27. O § 2º do art. 82, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas, ou outro sistema, convenientemente autenticados, podendo ser realizado por meio magnético ou afim.

Fl Nº 013/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Art. 28. O § 3º do art. 83, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º - As certidões relativas ao poder Executivo poderão ser fornecidas pelo Secretário, diretor equivalente ou Chefe de Setor com competência para tanto, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara, ou pela Primeira Secretaria.

Art. 29. O § 1º do art. 91, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - A licitação poderá ser dispensada nas hipóteses previstas no artigo 17, I, letras "a" a "f" da Lei 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º - ...

Art. 30. Os §§ 2º e 4º e o *caput*, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, garantidos em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

§ 2º. A permissão será outorgada por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de Decreto.

§ 4°. Quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, órgãos ou entidades públicas da administração direta ou indireta das esferas estadual ou federal, entidades assistenciais, lei específica estabelecerá a concessão que poderá ser procedida a título gratuito e dispensada a licitação, desde que presente uma das hipóteses previstas pelo art. 24, da Lei Ordinária 8.666, de 21 de junho de 1993.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 014/2008
Processo 079/2007

Art. 31. O §1º, do art. 99, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º. O Município obedecerá às normas gerais de licitação e contratos editados pela União e as específicas constantes da Lei Estadual, podendo regulamentar no que couber as matérias de interesse local.

Art. 32. O §2º e o *caput*, do art. 106, da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 106. A Lei Municipal disporá sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais, e instituirá Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 2º. – Aplica-se aos servidores municipais, ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, e XXX, da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Art. 33. Fica alterado, *in totum*, o art. 107, da Lei Orgânica Municipal que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 107 – Os servidores públicos ocupantes de cargo, emprego ou funções públicas, obedecerão ao disposto no artigo 37, incisos I a XVIII da Constituição Federal.

Parágrafo 1º - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada por subsídio, na forma que preceitua o § 4º, do artigo 39 da CF.

Parágrafo 2º - O Município disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade,

Fl Nº 015/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Art. 34. O art. 108, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 108. Ao servidor público municipal da administração direta autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se o disposto no artigo 38 e incisos da Constituição Federal.

Art. 35. Fica alterado, *in totum*, o art. 109, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 109. Aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e ao disposto na Constituição Federal.

§ 1º. – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados e calculados os seus proventos na forma da lei, atendidos os critérios estabelecidos na Constituição Federal.

§ 2º. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Art. 36. Fica acrescido ao art. 112, da Lei Orgânica Municipal o seguinte inciso V:

V – contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto nos artigos 149-A e 150, I e III da Constituição Federal.

Fl Nº 016/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Parágrafo 6º. – Os orçamentos compatibilizados com o Plano Diretor ... (Plano Plurianual – conf. CF) terão entre suas funções a redução de desigualdades entre os Distritos ou localidades do Município segundo critérios populacionais.

Art. 43. O art. 125, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter o seguinte parágrafo único:

Artigo 125 – Omissis.

Parágrafo Único – Os projetos de emenda serão apresentados na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer e serão apreciadas na forma regimental pelo plenário da Câmara Municipal

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2007.

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
(Segunda Comissão Temática)

NICOLAU JOAO BAKKER
Vereador/Presidente

GERSON PEDRO DE PINA
Vereador/Vice-Presidente

JOSE MARCOS DE SOUZA
Vereador/ Membro

Fl Nº 019/2008

Processo 079/2007

Art. 37. Fica acrescida ao art. 113, no inciso III, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte alínea *c:*

c – antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.

Art. 38. Fica alterada a redação do inciso V, do art. 113, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

Art. 39. O Parágrafo único do art. 116, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único - Excetuam-se do acima disposto as alterações que visem à adaptação do sistema referido a Leis superiores que entrarem em vigor após 30 de novembro de cada ano.

Art. 40. Fica alterada a redação do § 1º do art. 117, acrescentando-se a este os §§ 4º, 5º, 6º e 7º:

§ 1º. O imposto previsto no inciso I, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, poderá:

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel;

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

...

§ 4º - A progressividade referida no Parágrafo 1º será no tempo, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor.

§ 5º - A progressividade referida no Parágrafo 1º será precedida de parcelamento ou edificações compulsórios.

Fl Nº 017/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

§ 6º - A Lei Municipal estabelecerá critérios objetivos para edição e atualização da Planta Genérica de valores imóveis, devendo esta revisão ocorrer a cada dois anos, tendo em vista a incidência do imposto previsto no inciso I deste artigo.

§ 7º - Ao imposto previsto no inciso IV, caberá a Lei Complementar:

I – fixar suas alíquotas máximas e mínimas;

II – regular as formas e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais que serão concedidos e ou revogados;

III – excluir de sua incidência exportação de serviços para o exterior.

Art. 41. O *caput* do art. 121, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 121 – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 42. O *caput* do art. 124, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com nova redação, acrescentando-se nos incisos o Plano Diretor, renumerando os demais incisos e acrescentando-se o § 6º:

Art. 124 – Leis de iniciativa do Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes na Constituição Federal:

I – o Plano Diretor;

II – o Plano Plurianual;

III – as Diretrizes Orçamentárias e

IV – os Orçamentos Anuais.

Fl Nº 018/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DA TERCEIRA COMISSÃO TEMÁTICA.

DA NOVA REDAÇÃO AO TÍTULO V- DA ORDEM ECONÔMICA (Artigo 129-276)

Título V - Da Ordem Econômica.

CAPÍTULO I
Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 44. Fica acrescido à Lei Orgânica Municipal o seguinte art.131-A:

Art. 131-A – O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 45. O *caput*, do art. 132, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 132 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas nas Leis Federais, em especial "Estatuto da Cidade", Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, assegurando:

...

Art. 46. Ficam acrescidos os seguintes §§ ao art. 133, da Lei Orgânica Municipal:

§ 1º. A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

I- Instrumentos de planejamento:

Fl Nº 020/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

a) Plano Diretor;
b) Plano Plurianual;
c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
d) Lei de Orçamento Anual;
e) Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Macrozona Urbana;
f)Lei de edificações;
g)Planos de desenvolvimento econômico e social;
h)Planos, programas e projetos setoriais;
i)Programas e projetos especiais de urbanização;
j)Instituição de unidades de conservação;
l)Zoneamento Ambiental.

II- Instrumentos jurídicos e urbanísticos:

a)Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
b)IPTU Progressivo no Tempo;
c)Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
d)Zonas Especiais de interesse social;
e)Outorga Onerosa do Direito de Construir;
f)Transferência do Direito de Construir;
g)Operações Urbanas Consorciadas;
h)Consórcio Imobiliário;
i)Direito de Preferência;
j)Direito de Superfície;
l)Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);
m)Licenciamento Ambiental;
n)Tombamento;
o)Desapropriação;
p) Compensação ambiental.

III- Instrumentos de regularização fundiária:

a) Concessão de direito real de uso;
b)Concessão de uso especial para fins de moradia;
c) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião.

021/2008

Fl Nº 120/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

I – ordenação da expansão urbana e acesso de todos a propriedade e moradia;

IV – prevenção e correção das distorções do crescimento urbano e da valorização da propriedade.

V – adequação do direito de construir com normas urbanísticas que incentivem o patrimônio cultural e turístico;

VII – proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, cultural, turístico e paisagístico.

VIII – controle do uso do solo, evitando:

a)Parcelamento do solo e edificação vertical excessivos, em relação aos equipamentos urbanos e comunitários;
b)Ociosidade, subutilização e inutilização do solo urbano edificável;
c)Uso irregular, incompatível ou inconveniente;

Art. 48. Fica revogado o Parágrafo 1º do art. 138, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 49. Fica revogado *in totum* o art. 139, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 50. Fica revogado *in totum* o art. 143, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 51. O art. 144 da Lei Orgânica Municipal, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 144 – O Código de Postura do Município disporá sobre as regras de conduta do Município, bem ainda os horários de silêncio na área urbana, bem como as sanções administrativas, resguardado as zonas especiais exclusivamente industriais e comerciais, que poderão ter horários diferenciados.

Fl Nº 022/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S.P.

Art. 52. Fica revogado ***in totum*** o art. 145, da lei Orgânica Municipal.

Art. 53. O art. 151, da Lei Orgânica Municipal, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 151 – O Código de Meio Ambiente disporá sobre a proteção ambiental na área do Município e estabelecerá suas sanções.

Art. 54. Fica revogado *in totum* o art. 152, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 55. O art. 157, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 157 - Lei específica estabelecerá regras para a concessão de incentivos ao desenvolvimento das atividades econômicas no Município, estabelecendo programa de trabalho para o setor.

Art. 56. O Capítulo IV, do Título V da Ordem Econômica, passa a ser denominado, Da Política de Desenvolvimento Rural, passando a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO IV
Da Política de Desenvolvimento Rural

Art. 158. Cabe ao Município:

I - Apoiar a produção agropecuária, através de:

a) promoção de assistência técnica;
b) instalação de estação municipal de fomento;
c) implantação do serviço municipal de máquinas agrícolas;
d) criação de bolsa municipal de arrendamento de terras;

Fl Nº 023/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

II - Apoiar a circulação da produção agropecuária através de:

a) estímulo à criação de canais alternativos de comercialização;
b) construção e manutenção de estradas vicinais;
d) adoção e manutenção de um Plano Viário Rural.

III - Promover a melhoria das condições do homem do campo, através de:

a) Manutenção de equipamentos sociais na zona rural;
b)Garantia e fiscalização dos serviços de transporte irregular dos trabalhadores rurais;
c) Formação de agentes rurais de saúde;
d)Estímulo à formação e manutenção de um conselho agropecuário municipal, através de legislação específica;
e)Implantação e manutenção de Sistema de Eletrificação e Telefonia Rural;
f) Implantação e manutenção de sistema de armazéns e silos.

IV - Incentivar o associativismo e cooperativismo.

V - Participar do estabelecimento de zoneamento agropecuário que oriente o desenvolvimento de programas regionais de produção e comercialização.

Art. 159. O plano diretor de desenvolvimento rural integrado deverá conter:

I- Diagnóstico da realidade rural do município, soluções e diretrizes para o desenvolvimento setor primário;
II- Fontes de recursos orçamentários para financiar as ações propostas e participação dos segmentos envolvidos na produção agropecuária local, na sua concepção e implantação.

Art. 160. A política rural deverá buscar os seguintes objetivos:

Fl Nº 024/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

I- Explorar as potencialidades da região na produção de flores, plantas ornamentais, alimentos, matérias-primas e produtos energéticos, que atendam prioritariamente às necessidades regionais;
II- Fazer cumprir a função social da propriedade rural.

Art. 161. O poder público municipal para preservação do meio ambiente manterá mecanismos de controle e fiscalização:

I- Do uso de produtos agrotóxicos, dos resíduos industriais e agro-industriais lançados nos rios e córregos localizados no território do Município;

II- Do uso do solo rural no interesse do combate à erosão e na defesa de sua conservação, especialmente:

a) do escoamento da águas pluviais e de irrigação;
b) das ações de impermeabilização do solo.

Parágrafo único. As ações de impermeabilização do solo serão objeto de lei específica que estabelecerá um Plano Municipal de Permeabilidade do Solo.

Art. 162. Fica instituído direito de servidão administrativa ao Município, em dois metros para cada margem das estradas municipais, além do leito carroçável, o qual não poderá ser nunca inferior a sete metros de largura.

Art. 57. Ficam revogados *in totum* os art. 163, 165, 167 e 168, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 58. Os §§1º e 2º do art. 169, da Lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

§1º - O Município providenciará, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa e recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, respeitando sempre o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

Fl Nº 025/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

§ 2º - Para alcançar os objetivos estabelecidos neste artigo, deve ser mantido o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) que estabelecerá uma política de defesa do meio ambiente, que elabore o planejamento e o zoneamento ambientais, sendo garantida a participação de entidades de classe, de moradores, de tecnologias e de órgãos governamentais.

Art. 59. Fica modificado o art. 173, da Lei Orgânica Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 173. As empresas privadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, deverão atender rigorosamente às normas de proteção ambiental, sendo vedada a renovação do alvará de funcionamento, da permissão ou concessão nos casos de infrações graves ou nas suas reincidências.

Art. 60. O art. 176, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 176. O Município implementará e estimulará a criação e manutenção de unidades públicas e privadas de conservação e preservação ambiental, bem como, projetos que possibilitem a redução de emissões de gases estufa denominados de Projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), nos termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC).

Art. 61. Ficam acrescidos ao art. 182, da Lei Orgânica Municipal, os seguintes incisos XXI e XXII:

XXI – instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelecendo normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos;

XXII – criar o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Fl Nº 026/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Art. 62. Fica acrescido ao art. 185, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte inciso VII:

VII - faixas de proteção de 30,00 (trinta) metros ao longo de cada uma das margens dos rios e córregos do Município.

Art. 63. Fica acrescido ao art. 188, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte inciso IV:

IV – implantar sistema autônomo de gerenciamento do lixo domiciliar urbano e de resíduos sólidos.

Art. 64. Fica acrescido ao art. 192, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte inciso VI:

VI – aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde, de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 77 da Constituição Federal.

Art. 65. Fica acrescido ao art. 193, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte §2º, passando seu parágrafo único a denominar-se §1º:

§ 2º - O Município poderá estabelecer consórcio com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à saúde.

Art. 66. Fica acrescido à Lei Orgânica Municipal o seguinte art. 255-A:

Art. 255-A - O Município implementará a Política Municipal do Idoso, através de lei específica destinada a este fim.

Art. 67. Fica alterada a redação do art. 263, da Lei Orgânica Municipal, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 263 - O Município manterá sua Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, assim como à

Fl Nº 027/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

segurança dos cidadãos, respeitadas as competências estadual de federal.

Art. 68. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Orgânica Municipal:

a)Parágrafo único do art. 5º;
b)Art. 29;
c)Art. 30;
d)§2º do art. 31;
f)Art. 32;
g)§1º do art. 33;
h)§§2º a 4º do art.34;
i)§§1º a 4º, do art. 37;
j)§§ 2º e 3º, do art. 47;
k)Art. 79, seus incisos I e II e §§1º e 2º;
L) §2º, do art. 91;
m)§§2º e 3º, do art. 99;
n)incisos I a IV, do art. 108;
o)§1º, do art. 138;
p)art. 139 e seu parágrafo único;
q)art. 143;
r)art. 144;
s)art. 145 e parágrafo
t)o único;
u)art. 151 e 152;
v)art. 163 a art.168;

Art. 69. Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2007.

Comissão De Obras e Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento Do Solo. (Terceira Comissão Temática)

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente

Fl Nº 028/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Vice- Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Membro

Fl Nº 029/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Substituirá as Comissões Temáticas

ATO DO PRESIDENTE Nº. 001/2007.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

O Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 30, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigo 31, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno desta Câmara Municipal:

DECIDE:

Artigo 1º Nomear as Comissões Permanentes, para o período de 02 anos, conforme segue abaixo:

I- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

a) Presidente: VEREADOR PEDRO WANDERLEI GALLI
b) Vice-Presidente: VEREADOR ANTONIO MARCOS FERNANDES
c) Membro: VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

II- COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

a) Presidente: VEREADOR NICOLAU JOÃO BAKKER
b) Vice-Presidente: VEREADOR GERSON PEDRO DE PINA
c) Membro: VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

III- COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SAÚDE; EDUCAÇÃO; CULTURA; LAZER E TURISMO; PLANEJAMENTO; USO; OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

a) Presidente: VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
b) Vice-Presidente: VEREADOR ASTÉRIO PINTO FILHO
c) Membro: VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX

Artigo 2º As atribuições das Comissões Permanentes, bem como as de seus membros ora nomeados, são as constantes do Título IV, Capítulos I, II, do Regimento Interno.

Artigo 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 7 de fevereiro de 2007.

WILSON BARBOSA
Vereador / Presidente

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Assessora Administrativa

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 030/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMISSÕES PERMANENTES
Capítulo II - Seção I do Regimento Interno

Conforme nomeação pelo Senhor Presidente da Câmara, para composição dos cargos das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; e Comissão de Obras e Serviços Públicos, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, para o segundo biênio 2007/2008, da 4° Legislatura, ficam eleitos nos respectivos cargos os Senhores Vereadores:

I- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

a) Presidente: VEREADOR PEDRO WANDERLEI GALLI
b) Vice-Presidente: VEREADOR ANTONIO MARCOS FERNENDES
c) Membro: VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

II- COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

a) Presidente: VEREADOR NICOLAU JOÃO BAKKER
b) Vice-Presidente: VEREADOR GERSON PEDRO DE PINA
c) Membro: VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

III COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SAÚDE; EDUCAÇÃO; CULTURA; LAZER E TURISMO; PLANEJAMENTO; USO; OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

a) Presidente: VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
b)Vice-Presidente: VEREADOR ASTÉRIO PINTO FILHO
c)Membro: VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX

WILSON BARBOSA
Vereador

Fl Nº 031/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ASTÉRIO PINTO FILHO *Vereador Municipal* *Estância Turística de Holambra*		30-08-07
CARLOS ALBERTO BILTRAME *Gerente do Banco BRADESCO* *Estância Turística de Holambra*		29.08.07
CATHARINE SITTA *Diretora do Depto. Da Cultura* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
CELSO CAPATO *Prefeito Municipal* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
CHARLES LOPES *Coordenador do Depto. da Agricultura* *Estância Turística de Holambra*		04-09
CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA *Superintendente Chefe do IPMH* *Rua Campo de Pouso* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
CRISTIANE BELONCE DURANTE *Diretora da EMEB Jardim das Primaveras* *Rua Leandro Gonçalves, 136* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
CRISTINA NADER *Coordenadora da Creche Casulo* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
DANIEL TURINI *Presidente da Assoc. Bairro dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
DÁRIO SODRÉ JÚNIOR *Missão Batista de Holambra* *Rua Lazinho Fogaça, 278* *Estância Turística de Holambra*	OK	04-09-07

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 032/2008

Processo 079/2007

Praça dos Pioneiros *Estância Turística de Holambra*		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 032/2008

Processo 079/2007

FRANCISCO DE ALMEIDA *Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agron* *Estância Turística de Holambra*		31/8/07
FRANCISCO SCHOENMAKER *Presidente do CMDU e SUPREMA* *Estância Turística de Holambra*	SUT	29-08-07
GERALDO EYSINK *Presidente do Colégio VAN GOGH-COC* *Alameda Maurício de Nassau* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
GERSON PEDRO DE PINA *Vereador Municipal* *Estância Turística de Holambra*		30.08.07
GEZA FENC GYORGY ABOCZ *Presidente do Meio Ambiente* *Estância Turística de Holambra*		
IZILDA CRISTINA REINELT *Presidenta da Associação DOE VIDA* *Praça dos Pioneiros* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
JOÃO FRANÇA *Pastor da Igreja Assembléia De Deus* *Rua Damásio Filipini, 90* *Estância Turística de Holambra*		
JAIME GASTALDO *Presidente Associação Vila de Holanda* *Estância Turística de Holambra*		31-08.07
JAIR CARDOSO *Centro Espírita Semente de Luz* *Rua Lazinho Fogaça, 151* *Estância Turística de Holambra*		04.09
JOEL LUIZ DE AZEVEDO *Associação de Agricultores de Holambra* *Estância Turística de Holambra*	Correio	04-9

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 034/2008

Processo 079/2007

JOHANNES MARIA VAN OENE *Presidente da Cooperativa de Insumos* *Avenida Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA *Vice-Prefeito Municipal* *Alameda Maurício de Nassau, 444 – Prefeitura* *Estância Turística de Holambra*	Fabiana	31/08/07
JOSÉ CARLOS GOMES JÚNIOR *Presidente do SINTRA* *Estância Turística de Holambra*		30-08-07
JOSÉ LUIS DUZZI *Diretor do Depto. de Obras* *Alameda Maurício de Nassau,444 – Prefeitura* *Estância Turística de Holambra*	Fabiana	31/08/07
JOSÉ MARCOS DE SOUZA *Vereador Municipal* *Estância Turística de Holambra*		31.08.07
JOSÉ OSVALDO ESBERCI *Imobiliária ESBERCI* *Avenida Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*	Bárbara Domingos	29/08/07.
JOSEFH DE WIT *TOEKAN* *Estância Turística de Holambra*	Cristina Mascarenhas	31/08/07.
JOSIANE MENEZES MORETON *Drogaria Central* *Avenida Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*	Josiane Moreton	29/08/07
KEES SCHOENMAKER *Presidente da Cooperativa Veiling* *Avenida Rota dos Imigrantes, 963* *Estância Turística de Holambra*	Joraine Neves	31/08/07.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 035/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

LEILA PACHECO *Responsável pelo Jornal da Cidade – JC* *Rua Lazinho Fogaça* *Estância Turística de Holambra*		04/09/07
LÚCIA HELENA BAIÃO *Diretora da EMEB Bairro Palmeiras* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
LUCILA CAROLINA BELONCI *Coordenadora da Creche Favo de Mel* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
MARIA EUSSEN DOEVENDANS *Imobiliária JACARANDÁ* *Estância Turística de Holambra*		29/08/07
MARIA J. G. K. TIMMERMANS *Associação Príncipe Bernardo* *Alameda Maurício de Nassau, 241* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
MARIA PARECIDA ARANHA ROGEL *Diretora da Escola São Paul* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
MICHELI BELONCI *Coordenadora da Creche Colméia* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
MIGUEL ESPERANÇA *Comunidade do Bairro Palmeirinha* *Estância Turística de Holambra*	AC HOLAMBRA 30 AGO 2007 DR/SPI	
MÔNICA APARECIDA DOMINGUES DE LIMA *Chefe do Depto. de Contadoria* *Alameda Maurício de Nassau, 444 – Prefeitura* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
MOYSES LUPION FILHO *Presidente da Associação do B. Palm Park* *Estância Turística de Holambra*		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

FI Nº 036/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DIRCEU DAVID *Imobiliária JACARANDÁ* *Estância Turística de Holambra*		29/08/07
Dr. FERNANDO FIORY DE GODOY *Gestor CONSAÚDE* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
Dr. MARCELO GRANDINETTI ADELINO *Delegado Municipal* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
Dr. POLIANA PERES CHAIB *Diretora do Depto. de Saúde* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
EDINEIDE INÁCIO DA SILVA FERREIRA *Depto. Promoção Social* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
ELIZABETE BRITO *Diretora da EMEB Novo Florescer – B. Fundão* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
ELIZEU ALTOMANI *Associação do Bairro Morada das Flores* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
ÉRICO POZZER *Diretor da Cooperativa do Abatedouro* *Avenida Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*		
EVANILDA GOUVEIA DE OLIVEIRA *Coordenadora Pedagógica da Creche Colméia* *Rua Leandro Gonçalves* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
FAUSTO FILIPINI *Presidente do Conselho Tutelar* *Praça dos Pioneiros* *Estância Turística de Holambra*		31-08-007.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 033/2008

Processo 079/2007

NADIR MARQUES DA SILVA *Coordenadora da Oficina Abrigada – NAOTT* *Estância Turística de Holambra*		31-8-07
NAIARA REGITANO HENDRIKX *Vereadora Municipal* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
NAIDE PULZ CAPATO *Farma Holambra* *Estância Turística de Holambra*	Fabiana	31/08/07
NEIDE BECKER DE ALMEIDA *Diretora de Educação* *Rua das Primaveras* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
NEIDE GARCIL GONÇALVES *Gerente do BANCO ITAÚ* *Estância Turística de Holambra*		29.08.07
NICOLAU JOÃO BAKKER *Vereador Municipal* *Estância Turística de Holambra*		30-8-07
NORIVAL GUADAGHIN *Presidente do SINTAGRO* *Rua Campo das Palmas, 671 (De Wit)* *Estância Turística de Holambra*		31/08/07
ODUVALDO SILVA PINTO *Presidente da Associação Comercial – ACE* *Rua Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*	Heloísa M. Santos	29/08/07
OSMAR CÂNDIDO ALVES *Presidente da COOPERPLANTAS* *Avenida Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*	Fabiana Menezes	31/08/07.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 037/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OSVALDO DONIZETI ANGELONI *Drogaria Santa Helena* *Estância Turística de Holambra*	AlRighito	29/08/07
PASTOR DA IGREJA BATISTA *Parque residencial Groot* *Estância Turística de Holambra*		04-09
PASTOR DA IGREJA EVANGÉLICA *Rua das Dálias – Jardim das Tulipas* *Estância Turística de Holambra*		04-09
PASTOR DA IGREJA DO NAZARENO *Avenida das Tulipas* *Estância Turística de Holambra*		
PASTOR DA IGREJA PENTCOSTAL DO EVANGELHO PLENO *Rua Acalifa, 117 – Pq. Resid. Groot* *Estância Turística de Holambra*		04-09-07
PAULO BUSNARDO *Anjo Farma* *Estância Turística de Holambra*	Ana	31/08/07
PAULO MARCOS TROVA *3º Sargento da Polícia Militar – PM* *Rua Campo de Pouso* *Estância Turística de Holambra*	Paulo Marcos Trova 3º Sgt PM	31/08/07
Pe. FRANCISCO COCAIGN *Paróquia do Divino Espírito Santo* *Estância Turística de Holambra – SP*	Sec. Paroq.	31/08/07
PEDRO EDUARDO MEIRELLES KORS *Imobiliária MEIRELLES* *Estância Turística de Holambra*		29/08/07
PEDRO WANDERLEI GALLI *Vereador Municipal* *Estância Turística de Holambra*	P.W.G.	30-08-07

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 038/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL *Rua primavera (TRANS WEEL)* *Estância Turística de Holambra*		31/08
RAFAEL ANTONIO CAMPAGNOLI *Gerente do BANCO DO BRASIL – S.A* *Avenida Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*		29/08
RALFH BRUNHANI *Imobiliária RAVELYN* *Estância Turística de Holambra*		29/8
REGIANE VAN LEEUWEN *Diretora da EMEB Novo Florescer – B. Fundão* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
RENATO LIBANORI *Diretor do Depto. de Esportes* *Ao lado do Clube da Terceira Idade* *Estância Turística de Holambra*		04/09/07
RENATO OPTZ *Presidente da HAMIGOS* *Estância Turística de Holambra*	email	03.09.07
RICARDO MARTINS *Gerente do SICREDI* *Estância Turística de Holambra*		29/08
RINA VAN SCHAIK *Diretora da Escola Participação* *Rua Ignácio da Fonseca* *Estância Turística de Holambra*		31/08
ROSÂNGELA APARECIDA MARTINS *Diretora da EESG. Ibrantina Cardona* *Estância Turística de Holambra*		31/08
ADRIANA BALBER *Diretora da EMEB Parque dos Ipês* *Estância Turística de Holambra*		04/09

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P

Fl Nº 039/2008

Processo 079/2007

SORAIA CRISTINA R. SANTOS *Diretora da EMEB Jardim Flamboyant* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
SORAIA DE PAULA CORAGEM *Presidenta da Associação de Estudantes* *Rua Campo de Pouso (Fundo da Polícia Militar)* *Estância Turística de Holambra*		
SUZANA M. S. ASCÊNIO *Coordenadora da Creche Colméia* *Rua Leandro Gonçalves* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
SUZANA VAN HAM *Supervisora de Educação* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
TÂNIA SCHOENMAKER SCHUT *Coordenadora da Creche Abelhinha* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007
VALTER HULSHOF *Associação de Agricultores de Artur Nogueira* *Estância Turística de Holambra*	Luiz Hol	300807 14 horas
WAGNER GALVÃO *JUNTA MILITAR* *Rua Campo de Pouso* *Estância Turística de Holambra*	férias até 03/10/07	
WILSON BARBOSA *Vereador/ Presidente da Câmara Municipal* *Estância Turística de Holambra*		30/8/7

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P

Fl Nº 040/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ANDRÉ GRAAT *Rua Rota dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*	OK	
DONIZETE FERNANDES DE ALMEIDA (Burrica) *Alameda Maurício de Nassau (Prefeitura)* *Estância Turística de Holambra*	Fabiana	31/08/07
EDSON BELONCI (Fiscal) *Rua das Azaléias, 513 – B. Morada das Flores* *Estância Turística de Holambra*	OK	04.09
EDUARDO DA SILVA (Pernambuco) *Rua Gildo Grigol (Ponto de Táxi)* *Estância Turística de Holambra*		
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK *Praça dos Pioneiros (Madurodam)* *Estância Turística de Holambra*	Francis meine	
JOSÉ MÁRIO DA SILVA (Maurinho) *Rua Quaresmeira, 71 - Jd. B. Flamboyant* *Estância Turística de Holambra*	OK	04.09
JOSÉ DA SILVA (Zé Cabeleireiro) *Rua Rota dos Imigrantes (ao lado do Eva)* *Estância Turística de Holambra*	José da Silva	3/9/2007
MARCEL DONIZETI SOUZA CAMPOS *Vila Nova* *Estância Turística de Holambra*	OK	
MARCEL MONTORO (Professor) *Rua Jorge Latour (Escola Ibrantina)* *Estância Turística de Holambra*	Marcel	
MARGARETH GROOT *Rua Rota dos Imigrantes (1,98)* *Estância Turística de Holambra*	Patricia Groot	

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P

Fl Nº ~~140/2008~~ 041/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

MÔNICA MARCONATO *Rua Muscaris, 100 - (Defronte Clube da 3º Idade)* *Estância Turística de Holambra*		03-09
NILSON MARCONATO *Rua Muscaris, 100 - (Defronte Clube da 3º Idade)* *Estância Turística de Holambra*		03-09
SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS *Alameda Maurício de Nassau (Entregar Toninha))* *Estância Turística de Holambra*	Recebido 31/08/07	31.08
WANDERLEI COSTELLA *Alameda Maurício de Nassau (Entregar Toninha)* *Estância Turística de Holambra*		31.08
WILSON EVARISTO (Bacana) *Rua das Orquídeas, 183 – B. Morada das Flores* *Estância Turística de Holambra*	Conferido	04-09

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P

Fl Nº 04?/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE AS ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS, DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E PARTICULARES, DEPARTAMENTOS, ONGS, SINDICATOS, CLUBES E ENTIDADES MUNICIPAIS PARA PARTICIPAREM DA "AUDIENCIA PÚBLICA", A REALIZAR-SE NOS DIAS 28 DE SETEMBRO E 10 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DESTA CASA DE LEIS.

NOMES	ASSINATURAS	DATA
ADÃO PADILE DOS SANTOS *Presidente da Associação Bairro Fundão* *Estância Turística de Holambra*		30.08.07
ALCIR CAETANO *Diretor de Segurança e Trânsito* *Rua Solidagos* *Estância Turística de Holambra*		31/8
ALESSANDRA DE WIT *Diretora do Depto.de Turismo* *Portal da entrada Cidade* *Estância Turística de Holambra*		31/8
ANDREAS BOERSEN *Presidente da COOPERFLORA* *Estância Turística de Holambra*		31/08
ANTONIO HULSHOF *Presidente do Rotary Club* *Estância Turística de Holambra*		29/8/7
ANTONIO MARCOS FERNANDES *Vereador Municipal* *Estância Turística de Holambra*		
ANTONIO MARINO BRABDÃO DE ALMEIDA *Presidente da CEMIRIM* *Estância Turística de Holambra*	AC HOLAMBRA 30 AGO 2007 DR/SPI	
APARECIDA PRATES MAGALHÃES *Presidenta do Conselho de Educação* *Estância Turística de Holambra*		31/08/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 043/2008
079/2007
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 009/2007

Estância Turística de Holambra, 28 de agosto de 2007.

Assunto: *Convite para participar da Audiência Pública.*

Senhora Diretora,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, convidamos Vossa Senhoria para participar das as "**Audiências Publicas"** que serão realizadas nos dias 28 de setembro (sexta-feira) e 10 de outubro (quarta-feira) de 2007, ás 19 horas, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão sobre a "**Revisão da Lei Orgânica do Município**".*

As Audiências Públicas são instrumentos democráticos para a apresentação de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação governamental. O Regimento Interno desta Câmara solicita que todas as associações e entidades Municipais, sejam informadas e convidadas para que juntas possam analisar a nossa Lei Orgânica Municipal.

A participação de todos é essencial para o desenvolvimento do nosso Município.

Atenciosamente.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente
Comissão de Sistematização

A Sua Senhoria a Senhora,
NEIDE BECKER DE ALMEIDA
Diretora de Educação
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 044/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 009/2007

Estância Turística de Holambra, 28 de agosto de 2007.

Assunto: *Convite para participar da Audiência Pública.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, convidamos Vossa Excelência para participar das as "**Audiências Publicas"** que serão realizadas nos dias 28 de setembro (sexta-feira) e 10 de outubro (quarta-feira) de 2007, ás 19 horas, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão sobre a "**Revisão da Lei Orgânica do Município**".*

As Audiências Públicas são instrumentos democráticos para a apresentação de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação governamental. O Regimento Interno desta Câmara solicita que todas as associações e entidades Municipais, sejam informadas e convidadas para que juntas possam analisar a nossa Lei Orgânica Municipal.

A participação de todos é essencial para o desenvolvimento do nosso Município.

Atenciosamente.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente
Comissão de Sistematização

A Sua Excelência o Senhor,
WILSON BARBOSA
Vereador/ Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 045/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 009/2007

Estância Turística de Holambra, 28 de agosto de 2007.

Assunto: *Convite para participar da Audiência Pública.*

Senhor Presidente,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, convidamos Vossa Senhoria para participar das as "**Audiências Publicas**" que serão realizadas nos dias 28 de setembro (sexta-feira) e 10 de outubro (quarta-feira) de 2007, ás 19 horas, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão sobre a "**Revisão da Lei Orgânica do Município**".*

As Audiências Públicas são instrumentos democráticos para a apresentação de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação governamental. O Regimento Interno desta Câmara solicita que todas as associações e entidades Municipais, sejam informadas e convidadas para que juntas possam analisar a nossa Lei Orgânica Municipal.

A participação de todos é essencial para o desenvolvimento do nosso Município.

Atenciosamente.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente
Comissão de Sistematização

A Sua Senhoria o Senhor,
GEZA FENC GYORGY ARBOC
Presidente do Meio Ambiente
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 046/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 009/2007

Estância Turística de Holambra, 28 de agosto de 2007.

Assunto: *Convite para participar da Audiência Pública.*

Senhora Diretora,

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, convidamos Vossa Senhoria para participar das as "**Audiências Publicas"** que serão realizadas nos dias 28 de setembro (sexta-feira) e 10 de outubro (quarta-feira) de 2007, ás 19 horas, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão sobre a "**Revisão da Lei Orgânica do Município**".*

As Audiências Públicas são instrumentos democráticos para a apresentação de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação governamental. O Regimento Interno desta Câmara solicita que todas as associações e entidades Municipais, sejam informadas e convidadas para que juntas possam analisar a nossa Lei Orgânica Municipal.

A participação de todos é essencial para o desenvolvimento do nosso Município.

Atenciosamente.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente
Comissão de Sistematização

A Sua Senhoria a Senhora,
SORAIA CRISTINA R. DOS SANTOS
Diretora EMEB Jardim Flamboyant
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 047/2008

Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Estância Turística de Holambra, 30 de julho de 2007.

Ofício IDB nº. 004/2007.
Assunto: Solicita que o Presidente da Primeira Comissão Temática tome as providências abaixo relacionadas.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, venho a presença de Vossa Excelência, expor, ponderar e requerer o quanto segue:

Considerando que desde a aprovação da Resolução nº. 123/2007, de 06 de junho de 2007, percebo que nenhuma reunião fora agendada por Vossa Excelência, afim de fazer as emendas que julgarem necessárias para a proposta de Emenda a Lei Orgânica de nosso Município;

Considerando que temos prazos a serem rigorosamente seguidos;

Considerando que o subscritor desta face a tal ocorrido, opinou por deliberar em reunião realizada em 27 de julho de 2007, na sede desta Câmara Municipal, onde deliberamos e decidimos comunicar Vossa Excelência, para que reúna-se com os Membros de sua Comissão, afim de providenciarem as emendas que julgarem necessárias dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, afim de agilizarmos nossos trabalhos;

Face ao todo acima exposto outra alternativa não resta a este Presidente senão a de requerer que Vossa Excelência se digne em tomar todas as providencias que julgar necessárias para o bom e fiel cumprimento do que determina a respectiva Resolução nº. 123/2007, anexa.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para externar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração, esperando ser atendido quanto ao acima solicitado.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
DD. Presidente da Comissão

Ao Exmo. Sr.
PEDRO WANDERLEI GALLI
DD. Presidente da Primeira Comissão Temática

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 048/2008
Processo 079/2007

DESTINATÁRIO Pedro Wanderlei Galli

RUA ..... Nº .....

DISCRIMINAÇÃO

Ofício IBB nº 004107.
=na cópia Resolução a
emissão

REMETIDO EM 03 DE Agosto DE 07

RECEBIDO

EM 07 / 08 / 07

ASSINATURA OU CARIMBO

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Segunda Feira , 30 de julho de 2007.

Ofício IDB nº 004/2007.
Assunto: Solicita que o Presidente da Segunda Comissão Temática tome as providências abaixo relacionadas.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, venho a presença de Vossa Excelência, expor, ponderar e requerer o quanto segue:

Considerando que desde a aprovação da Resolução nº. 123/2007, de 06 de junho de 2007, percebo que nenhuma reunião fora agendada por Vossa Excelência, afim de fazer as emendas que julgarem necessárias para a proposta de Emenda a Lei Orgânica de nosso Município;

Considerando que temos prazos a serem rigorosamente seguidos;

Considerando que o subscritor desta face a tal ocorrido, opinou por deliberar em reunião realizada em 27 de julho de 2007, na sede desta Câmara Municipal, onde deliberamos e decidimos comunicar Vossa Excelência, para que reúna-se com os Membros de sua Comissão, afim de providenciarem as emendas que julgarem necessárias dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, afim de agilizarmos nossos trabalhos;

Face ao todo acima exposto outra alternativa não resta a este Presidente senão a de requerer que Vossa Excelência se digne em tomar todas as providencias que julgar necessárias para o bom e fiel cumprimento do que determina a respectiva Resolução nº. 123/2007, anexa.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para externar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração, esperando ser atendido quanto ao acima solicitado.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
DD. Presidente da Comissão

Ao Exmo. Sr.
NICOLAU JOÃO BAKKER
DD. Presidente da Segunda Comissão Temática

FI Nº 049/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _6º._____ § _____ inciso _IV____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

IV – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por 15 (quinze) dias quando permanecer no País e até 60 (sessenta) quando ausentar-se do País, por motivos de interesse relevante para o município.

Justificativa:
Na redação da alteração da LOM esta escrito: do Pais por qualquer tempo, o que parece-me inapropriado.

.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 106/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: __5º.____ § _____ inciso _X_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

X -

Justificativa:
No texto está escrito exclui-se acompanhado de pontos de interrogação, assim não entendi o quer dizer.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 107/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: ___10º___ § _____ inciso ___IV___ item _____ alínea _____

Texto da Emenda:

Substituir no Inciso IV a palavra "secreta" por "aberta".

Justificativa:

Para melhor adequação do Projeto de Revisão a Lei Orgânica ao Município de Holambra.

Proponente: PETRUS B. WEEL **Fone: 38021240**

Endereço: RUA DAS PRIMAVERAS, Nº. 1169.

Data: 10/10/2007 **Assinatura:** P.B. Weel

Fl Nº 108/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 268/2007
Fls. Nº 017 Livro Nº 009
Data 10/10/07 Hora 11:15
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: ___14º___ § __Único ____ inciso _____ item _____ alínea _____

Texto da Emenda:

Acrescentar alíneas contendo a Lei de Uso e Ocupação de Solo e Lei de Parcelamento de Solo.

Justificativa:

Para melhor adequação do Projeto de Revisão a Lei Orgânica ao Município de Holambra.

Proponente: PETRUS B. WEEL **Fone: 38021240**

Endereço: RUA DAS PRIMAVERAS, Nº. 1169.

Data: 10/10/2007 **Assinatura:** P. B. Weel

Fl Nº 109/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 268/2007
Fls. Nº 037 Livro Nº 009
Data 10/10/07 Hora 11:15
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _10º._____ § _____ inciso IV____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

Inciso IV – votação individual e em aberto.

Justificativa:
Nos dias de hoje a transparência dos atos dos senhores vereadores é uma necessidade, não se mantendo a posição de voto secreto.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 11 / 2008
Processo 079 / 2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _14º._____ § _____ inciso ____ item e_ alínea

Texto da Emenda:

e – Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais que determine também as funções dos cargos públicos, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos;

Justificativa:
Para que os munícipes possam saber o que esperar de cada funcionário dos Poderes Executivos, Legislativos e outras entidades ligadas ao serviço público.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 111/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _21.____ § __Único____ inciso ____ item _ alínea

Texto da Emenda:

Alterar para parágrafo 1°.

Justificativa:
Já que está sendo proposto um Parágrafo 2°. tem que existir o Parágrafo 1°.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 112/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _22._____ § __Único_____ inciso _____ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo

O Poder Executivo Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal, integrado por representantes do poder público e sociedade civil, obedecido o que está previsto nesta Lei Orgânica, com atribuições e composições definidas em lei própria e na forma prevista por esta Lei Orgânica, visando:

Justificativa:
Presumindo-se que a paridade foi eliminada da LOM, e os Conselhos que seguem legislação federal ou estadual própria, cabe ajustar este artigo também.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 113/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _38º._____ § ___..___ inciso __V__ item _ alínea

Texto da Emenda:
V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de legislação específica, que poderá conter a cobrança de pedágio pela utilização de vias contempladas com esta cobrança.

Justificativa:
Parece-me necessário que exista uma legislação específica para a possibilidade de cobrança de pedágio, que passe inclusive por audiências públicas pela sua relevância, quando vier a acontecer.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 114/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _46º._____ § ___..___ inciso _II_ item _q alínea

Texto da Emenda:
Inciso II – Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos com o que está contido na Lei Federal 10.257 de 10.07.01 nos itens aplicáveis:

q) direito de preempção

Justificativa:
É um instrumento importante para que o Poder Público tenha preferência para a aquisição de imóvel urbano para que possa aplicar todos os itens do art.26 da lei federal 10.257 de 10.07.01 Estatuto da Cidade.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 11 /2008
Processo 0 /2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _57º._____ § ___inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

a) não revoga art. 163
b) não revoga o art. 165

Justificativa:

a) este artigo 163 fica sendo usado devido as alterações feitas a partir da introdução do artigo 159.
b) não faz sentido a eliminação deste importante artigo.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:46
Secretaria

Fl Nº 116/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _68º._____ § ___inciso _ _ item m_ alínea

Texto da Emenda:

Tem que ser mantido na sua totalidade (art. 99 e seus incisos e parágrafos), pois facilita a indicação dos locais das obras antes que aconteçam.

Justificativa:

Regula como devem ser contratadas as obras, portanto devem ser mantidas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 117/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: __2º.____ § ___1º.___ inciso _____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

$ 1º. – Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos de acordo com o que determina a legislação federal ou estadual nos campos pertinentes.

Justificativa:
Existem Conselhos Municipais que tem a sua estrutura mínima ou total fixada em lei, como é o caso do Conselho Municipal do FUNDEB, o Conselho Tutelar e talvez outros.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 118/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

DR. RAFAEL.

SUGESTÕES DE EMENDA NOVA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: __11º.____ § _____ inciso _II_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

II – cuida da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Justificativa:
Atualmente não se usa mais o termo deficiente, mas sim portadores de neecessidades especiais, é questão de semântica.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 120/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA NOVA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: __11º.____ § _____ inciso _VII_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

VII – preservar as áreas verdes, florestas, a fauna e a flora.

Justificativa:
Torna a LOM mais consistente com os demais textos versando sobre o mesmo assunto

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 121/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

02

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _148º._____ § ___.___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:
O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.....

Justificativa:
Esta é a denominação atual do CMDU.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 122/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _155º._____ § ___.___ inciso __II __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Poder Executivo Municipal poderá alienar glebas para indústrias de qualquer porte, somente quando obedecidos os seguintes parâmetros:

II - II - compromisso por escrito dos proprietários de que não vão exercer atividade que resulte em poluição, em dotar a indústria de condições de higiene e segurança do trabalho, e adotar compensações ambientais para o passivo ambiental que a sua construção e operação gerarem;

Justificativa:
Trata-se de uma redação mais compatível com o atual estado da legislação vigente no município e caracterizando bem as responsabilidades dos proprietários que venham a se instalar em Holambra.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 123/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Convocar Nesde.

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _203º._____ § ___.___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:

II – atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais na educação básica.

IV – atendimento às crianças em creche de 0 (zero) a 3 (três) anos e pré-escola acima de 3 (três) até 5 (cinco) anos de idade. * ... até o ingresso no Ensino Fundamental.

VIII – garantir o pleno desenvolvimento do educando, no preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

$ 2º. – Compete ao Poder Executivo Municipal: Educação básica

a. recensear anualmente a população em idade escolar para ensino básico e os jovens e os adultos que a ela não tiveram acesso;

b. fazer-lhes a chamada pública para matrícula.
$ 3º. aos educadores cabe fazer a chamada dos alunos inscritos e zelar junto aos pais ou responsáveis pela sua freqüência às escolas.

Justificativa:
Trata-se de adaptar os deveres do Município ao atual estágio da distribuição das grades de idade que vão ter o direito à educação, lembrando que o Inciso I é geral para todas as idades.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 124/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (x)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _205º.____ § ___.___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:

Caput do artigo
O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente no ensino básico. (Educação básica)

$2º. – O ensino básico regular, será ministrado em língua portuguesa.

Justificativa:
Caput do artigo e $ 2º.
Adaptação da linguagem a nomenclatura oficial do ensino básico e não mais fundamental.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 125/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

25

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Acrescentar Conselho Municipal de Alimentação escolar

Dispositivo a emenda: Artigo: _209.____ § __ _.___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:

O Poder Executivo Municipal criará e manterá os seguintes conselhos municipais ligados à Educação:

I – Conselho Municipal de Educação
II – Conselho Municipal do FUNDEB
$ Único – As atribuições, composição e funcionamento destes Conselhos serão definidas em lei.

Justificativa:

Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 120 /2008
Processo 079/2007

28

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _210._____ § __ _.___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo

Os cargos do Magistério Público Municipal serão obrigatoriamente....

$ Único: Nos termos do inciso IX do artigo 37 da CF, poderão ser contratados professores habilitados, cadastrados e classificados em lista única por segmento, a cada início de ano, para substituições em caráter eventual e temporário.

Justificativa:
Caput do artigo
Correção de escrita, pois na LOM está " Os cargos do magistério municipal ser o obrigatoriamente..."
$ Único:
Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Peguntador Geza

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 129/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 179/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

29

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _211.____ § __ _.___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
Aos membros do Magistério Público Municipal, serão assegurados: os integrantes do quadro

I – plano de carreira, com promoção horizontal e vertical....

Justificativa:
Caput do artigo
Correção de escrita, pois na LOM está " Os cargos do magistério municipal
$ 1º.
Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 130/2008
Processo 079/2007

30

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _212.____ § __ _.___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo

A Lei assegurará, na administração das escolas da rede Pública Municipal, a participação efetiva de todos os segmentos sociais envolvidos no processo educacional, devendo para este fim instituir o Conselho de Escola em cada unidade educacional.

Conselho Escolar

Justificativa:
Caput do artigo

Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 131/2008
Processo 09/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

31

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _208._____ § __ _.___ inciso __ I__ item _ alínea

Texto da Emenda:
I – estatuto do magistério

Justificativa:

Adaptação da linguagem já que na LOM esta marcado "estudo do magistério"

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 127/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

27

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _214._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo

Criados os Conselhos Municipais ~~de Educação e FUNDEB~~ ligados diretamente a Educação...

Justificativa:
Caput do artigo
Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 132/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _215.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo

A lei definirá deveres, as atribuições e as prerrogativas dos Conselhos Municipais ~~de Educação e do FUNDEB~~,...

Justificativa:
Caput do artigo
Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 133/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _216.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Poder Legislativo a proposta do Plano Municipal de Educação elaborado em conjunto pelos Conselhos Municipais de Educação e ~~FUNDEB~~, em consonância com o Plano Plurianual de Educação ou com as adaptações necessárias, claramente indicadas.

Ligados diretamente a Educação

Justificativa:
Caput do artigo
Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 134/2008
Processo 079/2007

35

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _217.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Plano Municipal Anual de Educação deverá conter estudos sobre as características sociais, econômicas, culturais e educacionais e apontar soluções até o dia 30 de agosto de cada ano.

$ 1°. – Uma vez aprovado., o Plano Municipal Anual de Educação poderá ser modificado por Lei de iniciativa do Executivo, sendo obrigatório o parecer prévio do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal do FUNDEB quando necessário → Cons. M. de Alimentação Escolar.
$ 2°. – Caberá ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal do FUNDEB e a Câmara Municipal no âmbito de suas competências.....

Justificativa:
Caput do artigo
Adpatação visando permitir-se condições de tempo para que possa servir de base para a LDO no que tange a Educação.
Quanto aos I e II trata-se de uma adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

? Conselhos Municipais ligados diretamente a Educação

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 135/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

56

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _221._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo

O Plano Municipal Plurianual de Educação, referir-se-á ao ensino Básico, incluindo obrigatoriamente todo ....

$ 1°. O plano de que trata este artigo deverá ser elaborado em conjunto ou de comum acordo, com a rede escolar mantido pelo Estado, na forma estabelecida em Lei, com a participação dos Conselhos Municipais de ~~Educação e do FUNDEB~~.

$ 2°. – O plano Municipal Plurianual de Educação deverá estar concluído até 30 de junho do primeiro ano da posse do novo Prefeito e conterá programa abrangendo inclusive o primeiro ano da legislatura seguinte.

Justificativa:
Caput do artigo e $ s
Adpatação visando a adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 136/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Acrescentar Cons. Mun. de alimentação Escolar

Dispositivo a emenda: Artigo: _227.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

III – Conselho Municipal de Educação
IV – Conselho Municipal do FUNDEB

Justificativa:
Incisos do artigo
Adaptação visando a adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 137/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 028 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _230._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

O Poder Executivo Municipal tem como dever atender a população local com:

I – creches para criança de 0 (zero) a 3(três)anos com mínimo de 6 (seis) horas / dia;

II – pré-escolar para crianças com mais de 3 (três) anos até 6 (seis) anos, com mínimo de 4 (quatro) horas / dia;

III – ensino fundamental ~~para~~ obrigatório crianças com mais de 6 (seis) até 16 (anos), com mínimo de 4 (quatro) horas / dia

IV – EJA – Educação de Jovens e Adultos, para os alunos fora da idade escolar (

V – Educação Especial para os alunos portadores de necessidades especiais, de preferência no ensino regular, com atendimento educacional especializado.

Justificativa:
Incisos do artigo
Adaptação visando a adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 138/2008
Processo 079/2007

42

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Após Art. 249 -

Dispositivo a emenda: Capítulo III – Seção III
Artigo: _.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Idoso e Do Deficiente

Proposta a seguinte alteração:
Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Idoso e Do Portador de Necessidades Especiais

Justificativa:

Adaptação de linguagem.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 139/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 025 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _252._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
É dever da família, da sociedade e do Poder Público, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.....

Justificativa:
Caput do artigo

Adaptação visando a adequação de linguagem

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl. Nº 140/2008
Processo 079/2007

44

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada [X]
Não acatada [ ]

Dispositivo a emenda: Artigo: _253.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
É dever da família, da sociedade e do Poder Público, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.....

Inciso
II – assistência, prevenção e atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais física, senhorial e mental;

III – concessão de incentivo às empresas para adequação de seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho aos portadores de necessidades especiais;
V – integração social de portadores de necessidades especiais, mediante treinamento para o trabalho.

Justificativa:
Caput do artigo e seus incisos

Adaptação visando a adequação de linguagem

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 141/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _255._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
É assegurado, na forma da Lei, aos portadores de necessidades especiais e aos idosos.....

Justificativa:
Caput do artigo

Adaptação visando a adequação de linguagem

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 142/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _262._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
I – criar centros profissionalizantes para treinamento, habilitação e reabilitação de portadores de necessidades especiais, oferecendo....

II – instituir serviços de sistema "Braille" de forma a atende as necessidades sociais dos portadores de necessidades especiais visuais.

Justificativa:
Adaptação visando a adequação de linguagem

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 143/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

47

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada (X)
Não acatada ( )

Dispositivo a emenda: Artigo: _272._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

O Município concederá transporte coletivo gratuito aos idosos acima de 65 anos e às pessoas portadoras de necessidades especiais....

Justificativa:
Adaptação visando a adequação de linguagem

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 144/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

40

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 014/2007

Estância Turística de Holambra, 14 de novembro de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 23 de novembro de 2007, a partir das 16 horas, para análise das propostas apresentadas na Audiência Pública que não foram analisadas na reunião anterior.

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

Recebemos
Holambra, 19 de Nov de 2007

A Sua Excelência o Senhor
NICOLAU JOÃO BAKKER
Vereador/Relator da Comissão
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 145 / 2008
Processo 079 / 2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício IDB Nº. 012/2007

Estância Turística de Holambra, 14 de novembro de 2007.

Senhor Membro da Comissão de Sistematização,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Sistematização, CONVOCO Vossa Excelência para a Reunião que acontecerá no dia 23 de novembro de 2007, a partir das 16 horas, para análise das propostas apresentadas na Audiência Pública que não foram analisadas na reunião anterior.

Certo de poder contar com a participação de vossa Excelência é que valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente da Comissão

Recebemos
Holambra, 20 de Novembro de 2007
Pedro W. L.

A Sua Excelência o Senhor
PEDRO WANDERLEI GALLI
Vereador/Membro da Comissão
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 146/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PROJETO DE EMENDA DE REVISÃO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

QUADRO EXPLICATIVO

R. Barão de Paranapanema, 146 - CJ 53A - 5º andar - Bosque - Campinas - SP – CEP 13.026-900 –
Tel. 19-21216203 cel. 19-96071048 – e-mail gestaoconsultoria@terra.com.br

Fl Nº 147/2008
Processo 079/2007

ARTIGO	COMENTÁRIOS E ALTERAÇÕES
Art. 4°- **Objetivos consagrados no artigo 3°. da CF**	**Conforme CR.** *São objetivos fundamentais do Município além daqueles previstos na Constituição do Estado, construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem comum a todos os munícipes e erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, assegurando a todos o direito à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à segurança, e a assistência social na forma desta Lei Orgânica.*
Art. 5°. – Parágrafo Único	**Redação que será transferida para o artigo 75. Alteração em razão da adequação da matéria no título pertinente**
Artigo 10° – *caput* *redação do artigo em conformidade com artigo 30 da CF. alterações de alguns incisos para melhora de redação e disposição dos assuntos tratados que se repetiam*	*Compete ao Município no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*
I –	*Incentivar e implementar projetos para o desenvolvimento turístico da cidade;* **Obs: texto anterior inserido no caput deste**
III -	*Elaborar os orçamentos anuais e plurianual, lei de diretrizes orçamentária, instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias ficais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate a evasão fiscal e renúncia de receitas públicas.*
IV-	*dispor sobre sua organização administrativa, utilização e alienação dos bens públicos, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, de caráter essencial.*
V	*planejar o uso e ocupação do solo em seu*

Fl Nº 148/2008
Processo 079/2007

	empréstimos
VII -	*autorizar a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;*
IX -	*autorizar a alienação de bens imóveis e sua aquisição, salvo quando este se tratar de doação sem encargos;*
XIV -	*dar e alterar a denominação a próprio e logradouros púbicos municipais;*
XVI –	*dispor sobre o regime jurídico de seus servidores e organização dos serviços municipais;*
XVII –	*criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções pública e fixação de respectivos vencimentos, observada a legislação orçamentária e os limites impostos na CF. (alterar)*
XIX –	*autorizar a criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta plebiscitária. (inserir)*
Da competência Privativa: **Art. 16 – Em simetria com arts. 49 e 51CF observado do art. 30 CR e art.20 C do Est.**	
I –	*eleger sua Mesa ou destituí-la;*
II- matéria regimental não precisa vier expressa na LOM	*elaborar seu Regimento Interno, o qual disporá sobre sua organização político administrativa, provimento de cargos de seus servidores e todo e qualquer assunto de sua administração interna*
III- art. 51 CR	*organizar seus serviços administrativos internos e criar ou extinguir cargos;*
IV- art. 49 CR	*autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;*
VI – **d – art. 31, § 3°. CR**	*As contas de que trata esse inciso, deverão ficar por 60 (sessenta) dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos ter da lei.*
X-	*(...) bem como dirigentes da administração*

Fl Nº 150/2008
Processo 079/2007

	indireta do Município;
XV- **art. 49, inciso IV CR**	*requerer a intervenção do Estado no Município nos casos previstos na Constituição Federal;*
XVII-	**idem emenda 016/2006**
XVIII -	**idem emenda 16/2006**
Inserir incisos: XIX- ***art. 49, V CR***	*sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;*
XX- ***art. 49, XV CR***	*Autorizar referendo e convocar plebiscito;*
XXI- **art. 49, X CR**	*solicitar informações ao prefeito sobre assuntos referentes à Administração;*
XXII- ***art. 57, IVCR.***	*Apreciar os vetos;*
XXIII- *XXIV* – ***art. 52, V CR***	*deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;* *– autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município observado o disposto no inciso V do art. 52 da CF;*
Art. 18-	*Ao vereador compete respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual e a Leis Municipais e ainda o seguinte:*
Art. 20 – ***alínea "d" do art. 54 CR*** b-	*ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo;*
Art. 20 – **Parágrafo único** ***Art. 30 CR interesse local***	Além das vedações, condutas e sanções previstas neste artigo a Câmara Municipal estabelecerá ainda outras a serem editadas e disciplinadas através de Código de Ética a ser editado por resolução da Câmara Municipal.
Art. 21 - **VII –** ***Dec-Lei 201 – art. 6º, I***	*por falecimento ou renúncia expressa;*
Art. 22 – ***Dec-Lei 201 – princípios gerais***	*O processo de cassação de mandato de vereadores, por infração político administrativa, será definido no Regimento*

Fl Nº 151/2008
Processo

	Interno da Câmara Municipal e obedecerá aos seguintes princípios:
I –	*contraditório e ampla defesa, publicidade, e motivação da decisão;*
II-	*Iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída na forma da CF;*
III-	*recebimento da denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;*
IV-	*votação individual e secreta* ***(vide art. 34 I);***
V-	*conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 dias a contar do recebimento da denúncia.*
§ 1º-	*o processo de cassação por infração político administrativa não impede a apuração de contravenção penal, de crime comum e de responsabilidade.*
§ 2º -	*o arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.*
§ 3º -	*o vereador poderá ser afastado pela Câmara Municipal, com prejuízo da remuneração, quando a denúncia por infração político-administrativo for recebida por dois terços de seus membros ou quando da apuração de crime comum ou ato de improbidade administrativa, recebida pelo Poder judiciário, perdurando o afastamento até o transito em julgado da sentença;*
Art. 23 – § 3º, CR	*(...) criminal em curso, vedado o pagamento do subsídio no período de afastamento.*
Art. 29, CR -	**Revogar - matéria regimental**
Art. 30 CR-	**Revogar- material regimental.**
Art. 31, CR - **Parágrafo 2º.**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 32 - *caput*	**Revogar - matéria regimental**

Fl Nº 152 / 2008
Processo 079 / 2007

Art. 33- **Parágrafo 1º**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 34 – **Parágrafo 2 a 4°**	**Revogar - matéria regimental.**
Art. 35 – **Parágrafo. 1º**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 36. **Parágrafo 1º**	**Revogar - matéria regimental**
Art. 37. ***Art. 58, §1°, (CF)***	*As representações partidárias ou blocos parlamentares que participam da Câmara terão entre seus vereadores, líder e vice-líder, na forma estabelecida no seu Regimento Interno, garantida a representação nas comissões permanentes e temporárias quando couber.*
Parágrafo 1º a 4º	**Revogar matéria regimental**
Art. 41- **Parágrafo único** **" e"-** **"f" –** **"g"-**	*Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos.* *instituidora ou regulamentadora da Guarda Municipal;* **revogar idem a alínea "e"**
Art. 47-	conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal.
Parágrafo 2º. E 3º.	**Revogar por incompatibilidade do a CF do Estado – falta de previsão.**
Art. 52 – **Inserir parágrafo único -**	O poder Executivo no uso de suas atribuições poderá valer-se de órgãos consultivos e deliberativos para assessoramento do planejamento municipal nos termos do que dispõe essa Lei Orgânica.(art. 75)
Art. 54 - **§ 1º –**	*Decorrido dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou vice-prefeito, não*

Fl Nº 153 / 2008
Processo 079 / 2007

Art. 78 § único CF **§ 2º -**	*tiverem assumido o cargo, salvo motivo de força maior, este será declarado vago por ato do Presidente da Câmara Municipal.* *O exercício do mandato dar-se-á automaticamente com a posse, assumindo todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.*
Art. 62 – ***VI –***	*(...) e instituir servidões administrativas.*
XV –	**este inciso já compreende o inciso XXXV.**
XVI –	(...) e fixar os preços dos serviços públicos;
XXXV –	*celebrar convênios e consórcios com prévia autorização legislativa* **redação anterior já inserida itemXV**
SEÇÃO IV **Da Perda e Extinção do Mandato.** **Art. 68 -**	Ocorre perda do mandato de prefeito por extinção ou por cassação, extinguindo-se o mandato do prefeito. assim declarado pelo presidente da Câmara Municipal quando:
I –	ocorrer o falecimento;
II -	ocorrer a renúncia expressa ao mandato;
III –	ocorrer condenação criminal transitada em julgado
IV-	– incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar ate a posse e nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;
V –	deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista;
Parágrafo 1º. **I –** **a-**	O prefeito e o Vice Prefeito, sob pena de perda do mandato, não poderão, : *Desde a expedição do diploma:* *Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas,*

Fl Nº 154 / 2008
Processo 079 / 2007

b- c- II – a- b- c-	*sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;* *Patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;* *Ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.* *desde a posse:* *Exercer cargo, função ou emprego público em qualquer das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;* *Participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;* *Exercer outro mandato público eletivo;*
Art. 69 (...) **Parágrafo 1º.**	*O subsídio do Prefeito, estabelecido em parcela única e atendido o limite constitucional, será o teto para a remuneração dos servidores do Município, não podendo ser ultrapassado em hipótese alguma, vedado ainda qualquer vinculação.*

R. Barão de Paranapanema, 146 - CJ 53A - 5º andar - Bosque - Campinas - SP – CEP 13.026-900 –
Tel. 19-21216203 cel. 19-96071048 – e-mail gestaoconsultoria@terra.com.br

Fl Nº 155 / 2008
Processo 079 / 2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
2°.	5°	PL – O art 5°. da LOM, passa a viger com os seguintes parágrafos: $ 1°. Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos por: I – ½ (metade) dos representantes indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente por servidores integrantes da área de objeto de atuação; II – ½ (metade) dos representantes indicados pela sociedade civil organizadas, entre eles usuários dos serviços públicos, quando o caso, e profissionais na área objeto de atuação, residentes ou domiciliados no Município. $ 2°. – Os órgãos de que trata o presente artigo poderá ser constituídos por temas, áreas, regiões ou para administração global.	Propor a seguinte alteração: O art. 5°. da LOM passa a viger com os seguintes parágrafos: $ 1°. – Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos serão constituídos de acordo com o que determina a legislação federal ou estadual nos campos pertinentes. $ 2°. Os Conselhos Municipais deliberativos e consultivos nos casos de competência municipal serão constituídos: I – 1/3 (um terço) por representantes do Poder Municipal preferencialmente por servidores integrantes da área de objeto de atuação; II – 1/3 (um terço) por representantes dos usuários dos serviços da área, residentes em Holambra. III – 1/3 (um terço) por representantes dos profissionais atuantes na área, residentes em Holambra. $ 3°. - Os órgãos de que trata o presente artigo poderão ser constituídos por temas, áreas, regiões ou para administração global.
3°.	10°.	Compete ao Município..... III – elaborar os orçamentos anuais e plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias fiscais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate à evasão fiscal e renúncia de receitas públicas.	Propor a seguinte alteração: III – elaborar os PPAs (Programas Plurianuais de Investimento). a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) a LOA (Lei Orçamentária Anual), instituir e arrecadar tributos, autorizar isenções, anistias fiscais e emissão de dívidas, bem como aplicar suas rendas, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos, promovendo o combate à evasão fiscal e renúncia de receitas públicas. V – planejar o uso e ocupação do solo em seu território, suplementando no que couber a legislação federal e estadual, estabelecer normas de edificação e zoneamento urbano e dispor sobre o Plano Diretor. (se for aceito, inclui o XVII) **VIII da LOM** – regulamentar a utilização dos logradouros públicos..... (mudou para XVIII e não entrou nenhum outro como VIII)?? **XVII da LOM** – estabelecer normas de edificação, de loteamento, arruamento e zoneamento urbano, bem como limitações convenientes à ordenações do seu território observada a Lei Federal. (este texto foi suprimido e trocado pelo XVII – aceitar legados e doações)**Não é importante este texto da LOM??**

Fl Nº 156/2008
Processo 2002/29.0

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
3°.	10°.		**XVIII da LOM** – suplementar a legislação federal e estadual, visando adapta-la à realidade local. (este texto foi suprimido)**Não é importante este texto da LOM??** **XXI da LOM –** organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. (este texto foi suprimido)**Não é importante este texto da LOM??**
	11°.		É competência comum do Município, da União e do Estado, observada a legislação vigente: II – cuida da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais. VII – preservar as áreas verdes, florestas, a fauna e a flora. VIII – fomentar as atividades agropecuárias, organizar o abastecimento alimentar e estimular o aproveitamento social da terra.
5°.	15°.	Omissis (fica igual) IV – autorizar a obtenção e concessão de empréstimos, bem como as operações de créditos e sua forma e meios de pagamentos. VII – autorizar a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais. IX – autorizar a alienação de bens imóveis, sua aquisição e sua permuta, salva quando este se tratar de doação sem encargos. X – Exclui-se???	Propor a seguinte alteração: II – deliberar e votar sobre isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas; IV – deliberar e votar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento. V – deliberar e votar sobre a concessão de auxílios e subvenções. VI – deliberar e votar sobre a concessão de serviços públicos. VII - deliberar e votar sobre a concessão e permissão de uso e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais. VIII – autorizar a concessão e permissão de uso de bens municipais. (Este item já não esta incluído no item VII com a nova redação sugerida no PL?) **Se estiver incluído a numeração deve ser mudada ou não?** IX - deliberar e votar sobre a alienação de bens imóveis, sua aquisição e sua permuta, salvo quando este se tratar de doação sem encargos. X – Porque os pontos de interrogação? XI - deliberar e votar sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. (O que é Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado? **É diferente do Plano Diretor?**

Fl Nº 157/2008
Processo 079/2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
5°.	15°.		XII - deliberar e votar sobre convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios.
		XVII – criação, transformação e extinção.....	XVII - deliberar e votar sobre a criação, transformação e extinção de.....
		XIX – autorizar a criação, organização e supressão.....	XIX - deliberar e votar sobre a criação, organização e supressão de Distritos....
6°.	16°.	Omissis (sem mudança)	
		II – elaborar seu Regimento Interno.....	II – Pedir explicação sobre a manutenção das alíneas de a até g. Se a resposta for pela eliminação das mesmas, **apresentar sugestão para que fiquem.**
		IV – autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;	IV – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por 15 (quinze) dias quando permanecer no País e até 60 (sessenta) quando ausentar-se do País, sempre por motivos de interesse relevante para o município.
		X – convocar, por maioria de seus membros, os Secretários Municipais ou Diretor equivalente, bem como, dirigentes de administração indireta do Município.....	X – convocar, por maioria de seus membros, os Secretários Municipais ou Diretor equivalente, bem como, dirigentes de administração indireta do Município, quando existirem.....**(IPMH é administração indireta?)**
			XII – deliberar em voto aberto, nos processos para cassação dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos caso previstos em lei;
			XVIII – Não identifiquei qualquer redação com esta numeração.
		XXIV – autorizar a realiação de	XXIV - deliberar e votar sobre a realização de empréstimos....
8°.	20°.	alínea b – ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo.	alínea b – ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo. (Não entendi a proibição de mais de um cargo público?)
	21°.		Perderá o mandato, o Vereador:...
			Parágrafo 2°. – Nos casos dos Incisos I, II, e VI, a perda do mandato será deliberada pela Câmara Municipal, por voto em aberto e maioria absoluta, ...
10°.	22°.	Inciso IV – votação individual e secreta;	Inciso IV – votação individual e em aberto.
			Incisos VI, VII, VIII ficam eliminados?
	26°.		Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado entre os presente e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão, em votação aberta, os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

Fl Nº 158
Processo 8002/2020
2002/620

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
68°.	29°.	Revoga o art 29°.	**Porque cancelar as atribuições da Mesa, que permite ao munícipe tomar conhecimento das tarefas desta instituição democrática?**
68°.	30°.	Revoga o art. 30°.	**Porque cancelar as atribuições do Presidente que permite ao munícipe tomar conhecimento das tarefas desta instituição democrática?** Parágrafo Único – Item c – nas votações envolvendo processos de cassações de Vereadores, Prefeito e Sub-Prefeito.
12°. 68°.	31°.	A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente na sede do Município, de 1°. de fevereiro a 30 de dezembro. Revoga o $ 2°. $ 4°. A convocação extraordinária da Câmara Municipal..... $ 5°. Na sessão legislativa extraordinária, ... $ 6°. A sessão legislativa não será.....	**O que é sede do Município?** **Como pode revogar o $ 2°. que foi reescrito pelo art.12°. deste PL?** $ 4°. As sessões extraordinárias ou solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela, neste último o caso, com antecedência mínima de 24 horas. O texto proposto pelo PL está no artigo 35°. da LOM. $ 5°. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal **Eliminar, já tem no art. 35°. da LOM** $ 5°. – A sessão legislativa não será interrompida sem .... **Só mudança de número** $ 6°. – Pelas sessões extraordinárias e solenes, em hipótese alguma os Vereadores receberão subsídio.
68°.	32°.	Revoga o artigo	**Como revogar o artigo que permite ao munícipe tomar conhecimento do funcionamento da Câmara.**
68°.	33°.	Revoga o $ 1°.	**Porque revogar este parágrafo que fornece uma alternativa para a reunião da Câmara?**
68°.	34°. **$ 2°a 4°.**	Revogar	As sessões e o voto serão sempre públicos. (Mantém-se os parágrafos 1°, 2°, 3°, e 4°,)

Fl Nº 159 / 2008
Processo 079 / 2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	35°.	Omissis (sem mudança)	II – pelo Presidente da Câmara, em caso de decretação de calamidade pública ou de intervenção federal ou estadual ; III – pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta da Câmara; $ 2°. – Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada. (Eliminar a parte que trata da" vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal – já que no $ 3°. do art. 41°. da LOM isto é proibido)
	36°.	Omissis (sem mudança)	$ 1°. – inciso b – realizar audiências públicas com a sociedade civil, através das suas entidades e dos munícipes de Holambra.
13°.	**37°.**		Os parágrafos deste artigo estão suprimidos ou permanecem? Se forem suprimidos não deveria constar deste PL?
	38°.	Omissis (sem mudança) $ 4°. – Os projetos de lei de que trata os $ 3°., serão publicados e permanecerão.....	Proposta a seguinte alteração: 4°. Os projetos de lei de que trata o $3°., serão publicados e objetos de no mínimo 2 (duas) audiências públicas, permanecendo posteriormente em pauta por 30 (trinta) dias para o recebimento de emendas de iniciativa dos Vereadores ou da população.
14°.	**41°.**	Omissis (sem mudança) e – Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos;	Proposta a seguinte alteração: e – Lei que institua e regulamente o Regime Jurídico e Estatuto dos servidores municipais que determine também as funções dos cargos públicos, criação de cargos e escala de padrão dos vencimentos;
	46°.	Omissis (sem mudança) $ 3°. A apreciação do veto	Proposta a seguinte alteração: $ 3°. – A apreciação do veto pela Plenária da Câmara será dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação em aberto.

Fl Nº 160/2008
Processo 079/2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
18°.	62°.	Omissis (sem mudança)	Proposta a seguinte alteração: V – decretar, nos termos da Lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, bem como instituir servidões administrativas;**(o que são servidões administrativas?)** **X** – remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura do ano legislativo, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias, podendo neste caso fazê-lo pessoalmente com o uso da Tribuna da Câmara;
	67°.		São crimes de responsabilidade aqueles definidos em Lei Federal. **(e o não cumprimento da legislação municipal não é crime de responsabilidade?)**
19°.	68°.	$1°. O Prefeito e o Vice-Prefeito, sob pena de perda de mandato, não poderão:	Parágrafo 2°. – É vedado ao Prefeito, aos Secretários ou Diretores em função equivalente, desempenhar função administrativa em qualquer empresa privada.
21°.	74°.	Somente por lei complementar..... Parágrafo Único – Depende de autorização legislativa.....	Proposta a seguinte alteração: Parágrafo Único – alterar para Parágrafo 1°. Parágrafo 2°. – deverão estabelecer a obrigatoriedade da declaração pública de bens pelos seus diretores, na posse e desligamento, cujas cópias serão registradas na Câmara Municipal e terão os mesmos impedimentos do Prefeito e dos Vereadores, enquanto neles permanecerem.
22°.	75°.	A Administração Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal integrados por representantes do poder público e sociedade civil organizada, obedecido ao princípio da paridade, com atribuições e composições definidas em lei e na forma prevista por esta Lei Orgânica, visando:	Proposta a seguinte alteração: O Poder Executivo Municipal instituirá órgão de consulta, deliberação e cooperação ao planejamento municipal, integrado por representantes do poder público e sociedade civil, obedecido o que está previsto nesta Lei Orgânica, com atribuições e composições definidas em lei própria e na forma prevista por esta Lei Orgânica, visando:
23°.	77°.		Esclarecer se os que tiverem débitos fiscais estaduais e federais poderão contratar com o Poder Público Municipal?
68°.	79°.	Revoga o artigo completo	Proposta a seguinte alteração: Manter o artigo 79 completo, exceto o $ 2°. que passa a ter a seguinte redação. Parágrafo 2°. – Verificada a violação do disposto neste artigo, caberá à Câmara Municipal representar ao Ministério Público, pedindo as providências cabíveis.

Fl Nº 161/2008
Processo 079/2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
25°.	80°.	$ 6°. O Município preferencialmente contará com órgão de imprensa oficial próprio a ser instituído por lei específica.	Proposta a seguinte alteração: Eliminar esta alteração, por conta de gastos maiores com regime de publicação próprio e o baixo volume do que existe por publicar.
30°.	94°.	$ 2°.A permissão será outorgada por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de Decreto.	Proposta a seguinte alteração: $ 2°. – A permissão será outorgada por tempo determinado, a titulo precário, mediante autorização legislativa e formalizada mediante contrato de adesão.
36°.	112°.	V – contribuição para custeio do serviço.....	O que diz o artigo 149-A da CF?, já que o art. 150 da CF veda I. Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça e III – Veda Cobrar tributos em relação a fatos ocorridos antes do início da vigência da lei e no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada.
38°.	113°.	V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.	Proposta a seguinte alteração: V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de legislação específica, que poderá conter a cobrança de pedágio pela utilização de vias contempladas com esta cobrança. Não faz sentido tratar-se de pedágios em vias municipais sem estarem definidas em lei.
39°.	116°.	Parágrafo Único – Excetuam-se do acima disposto as alterações que visem à adaptação do sistema referido a Leis superiores que entrarem em vigor após 30 de novembro de cada ano.	**Não entendi porque esta alteração.**
41°.	121°.	O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.	Proposta a seguinte alteração: O Poder Executivo publicará e enviará à Câmara Municipal, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório completo e resumido da execução orçamentária, assim como o balanço patrimonial e demonstrativo completo e resumido das receitas e despesas executadas no mesmo período. Como Holambra processa a sua contabilidade no sistema Audesp, a publicação destes dados parece não constituir maior problema.O fato da CF não ser tão abrangente, não impede que o Município seja mais transparente na divulgação dos seus dados.
43°.	125°.	Omissis (não muda) Parágrafo Único: Os projetos de emenda serão	Proposta a seguinte alteração: Manter a redação dos parágrafos como estão na LOM atual. A redação existente na LOM em vigor é mais fácil de acompanhar e permitir que a população possa fazer as suas emendas nas audiências públicas relacionadas ao Orçamento.

Processo 079/2008
Fl. Nº 162

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
45°.	132°.	A política de desenvolvimento urbano.....	Proposta a seguinte alteração: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas nas Leis Federais, em especial "Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001" e o que estiver contido no Plano Diretor Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais do município e garantir o bem estar de seus habitantes, assegurando:
46°.	133°.	II – Instrumentos jurídicos e urbanísticos	**Inciso II – Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos com o que está contido na Lei Federal 10.257 de 10.07.01 nos itens aplicáveis:** **E o direito de Preempção não deveria figurar?**
47°.	134°.		$ 3°. O Plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas e munícipes interessados da comunidade.
	135°.		$ Único – As edificações e obras urbanas poderão ter características e arquitetura típica de seu povo de origem. Pergunta: Isto significa que se pode usar arquitetura típica de outras colônias além da Holandês?
48°.	138°.	REVOGAR $ 1°. – O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.	**Porque Revogar?**
49°.	139°.	Revogar	**Não entendi porque revogar o artigo, o parágrafo único sim, parece-me estar com riscos de inconstitucionalidade.**
50°.	143°.	Revogar	**Porque Revogar, já que a redação da LOM prevê situações como a que Campinas enfrenta com relação a obras como o Makro, Shopping D. Pedro que se responsabilizaram – se pelos custos das Av. Marginais da Rod. D. Pedro I.**
52°.	145°.	Revogar	**Porque Revogar?**
	148°.		O Conselho Municipal de Planejamento Urbano.... Proposta a seguinte alteração: O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano..... (Pois parece que é este o Conselho que existe para tratar deste tema)

Fl Nº 163/2008
Processo 079/2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	154°.		O Município, de acordo com as respectivas diretrizes do desenvolvimento urbano e rural, criará e regulamentará zonas ou distritos industriais, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Estado, através de Lei Municipal. Proposta a seguinte alteração do caput deste artigo: O Poder Executivo Municipal, de acordo com as diretrizes fixadas no Plano Diretor do Município para as áreas urbanas e rurais e de acordo com os pareceres dos Conselhos Municipais de: Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e De Meio Ambiente, criará e regulamentará zonas de distritos industriais, por meio de Lei Municipal, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Estado,
	155°.		O Município somente alienará glebas para indústrias de qualquer porte, mediante: Proposta a seguinte alteração: O Poder Executivo Municipal poderá alienar glebas para indústrias de qualquer porte, somente quando obedecidos os seguintes parâmetros: II – compromisso dos proprietários em dotar a indústria de condições de higiene e segurança do trabalho; II - compromisso por escrito dos proprietários de que não vão exercer atividade que resulte em poluição, em dotar a indústria de condições de higiene e segurança do trabalho, e adotar compensações ambientais para o passivo ambiental que a sua construção e operação gerarem;
55°.	**157°.**	Lei específica estabelecerá regras.....	Creio que o artigo da LOM a ser modificado é o de número 156

Fl Nº 164 /2008
Processo 079 /2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
56°.		Altera todo o Capitulo IV – Da Política Agrária	Proposta a seguinte alteração:
	158°.	I – Apoiar a produção agropecuária, através de:	
		d. – criação de bolsa municipal de arrendamento de terras	d – suprimir.
		III – Promover a melhoria das condições....	III – Promover a melhoria
		d – Estimulo à formação e manutenção de um conselho agropecuário municipal através de legislação específica.	b. garantir a fiscalização de serviços de transporte dos trabalhadores rurais. d – suprimir o texto da letra d e reordenar as letras seguintes.
			VI – Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual e as suas atualizações anuais
	159°.	O Plano diretor de desenvolvimento rural....(muda para 160)	159 – O Poder Executivo Municipal criará o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, órgão colegiado, autônomo, consultivo e deliberativo, composto de acordo com esta LOM, por representantes do poder público, produtores rurais, representantes de sindicato rural, entidades de classe, cooperativas, representantes da sociedade civil, com objetivo de propor os termos das ações referidas no artigo 158 desta LOM.
	160°.	A política rural deverá buscar os seguintes objetivos (muda para 161)	160 – adotar o texto do artigo 159 proposto pela mudança da LOM com a mudança do nome do Plano Diretor de Desenvolvimento Rural para Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual
	161°.	O poder público municipal (muda para 162)	161 – Adotar o texto do artigo 160 da proposta de mudança da LOM
	162°.	Fica instituído o direito de ..... (muda para 163)	162 – O poder público municipal ..... 163 – Fica instituído direito de .....
57°.	163°.	Revogado in totum	Não revoga como exposto acima.
	165°.	Revogado in totum	Não revoga
58°.	169°.	$1 – O Município providenciará com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa e recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, respeitando sempre o disposto nas Constituições Federal e Estadual.	Proposta a seguinte alteração: $ 1°. o que significa meio ambiente natural, artificial e do trabalho?
63°.	188°.	IV Implantar sistema autônomo de gerenciamento do lixo domiciliar urbano e de resíduos sólidos.	O que significa "sistema autônomo de gerenciamento do lixo"?

Processo 2002/620 Fl Nº 165 8002/2008

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	203°.		II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, ... Proposta a seguinte alteração: II – atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais na educação básica. IV – atendimento às crianças em creche de 0 (zero) a 3 (três) anos e pré-escola acima de 3 (três) até 5 (cinco) anos de idade. VIII – garantir o pleno desenvolvimento do educando, no preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. $ 2°. – Compete ao Poder Executivo Municipal: a. recensear anualmente a população em idade escolar para ensino básico, e os jovens e os adultos que a ela não tiveram acesso; b. fazer-lhes a chamada pública para matrícula. $ 3°. aos educadores cabe fazer a chamada dos alunos inscritos e zelar junto aos pais ou responsáveis pela sua freqüência às escolas.
	204°.		O Sistema Municipal de Ensino assegurará.. (Qual é a Lei Municipal que criou este Sistema?)
	205°.		O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente no ensino básico. $2°. – O ensino básico regular, será ministrado em língua portuguesa.
	207°.		$ Único: Os recursos que trata este artigo, serão destinados a Bolsas de Estudo para ensino básico....
	208°.		I – estudo do magistério Proposta a seguinte alteração: I – estatuto do magistério

Fl Nº 166 / 2008
Processo 079 / 2008

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	209°.		O Município criará o Conselho Municipal de Educação. Proposta a seguinte alteração: O Poder Executivo Municipal criará e manterá os seguintes conselhos municipais ligados à Educação: I – Conselho Municipal de Educação II – Conselho Municipal do FUNDEB $ Único – As atribuições, composição e funcionamento destes Conselhos serão definidas em lei.
	210°,		Os cargos do Magistério Público Municipal serão obrigatoriamente.... $ Único: Nos termos do inciso IX do artigo 37 da CF, poderão ser contratados professores habilitados, cadastrados e classificados em lista única por segmento, a cada início de ano, para substituições em caráter eventual e temporário.
	211°.		Aos membros do Magistério Público Municipal, serão assegurados: I – plano de carreira, com promoção horizontal e vertical....
	212°.		A Lei assegurará, na administração das escolas da rede Pública Municipal, a participação efetiva de todos os segmentos sociais envolvidos no processo educacional, devendo para este fim instituir o Conselho de Escola em cada unidade educacional.
	213°.		Fica assegurada a participação do Magistério Público Municipal, ... VI – Conselho Municipal do FUNDEB
	214°.		Criados os Conselhos Municipais de Educação e FUNDEB,...
	215°.		A lei definirá deveres, as atribuições e as prerrogativas dos Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEB, ...

Processo 079/2008 Fl Nº 167

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	216°.		O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Poder Legislativo a proposta do Plano Municipal de Educação elaborado em conjunto pelos Conselhos Municipais de Educação e FUNDEB, em consonância com o Plano Plurianual de Educação ou com as adaptações necessárias, claramente indicadas.
	217°.		O Plano Municipal Anual de Educação deverá conter estudos sobre as características sociais, econômicas, culturais e educacionais e apontar soluções até o dia 30 de agosto de cada ano. (Data que permitirá a composição dos valores que vão para a LOA) $ 1°. – Uma vez aprovado., o Plano Municipal Anual de Educação poderá ser modificado por Lei de iniciativa do Executivo, sendo obrigatório o parecer prévio do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal do FUNDEB quando necessário **(falar com Andréia)** $ 2°. – Caberá ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal do FUNDEB e a Câmara Municipal no âmbito de suas competências.....
	218°.		O Poder Executivo Municipal publicará e enviará uma cópia à Câmara e aos Conselhos Municipais de Ensino e Fundeb até 15 (quinze) .....
	220°.		O Poder Executivo Municipal aplicará anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento exclusivo de ensino público Municipal, obedecendo o preceituado na Lei Federal(Andréia vai enviar)
	221°.		O Plano Municipal Plurianual de Educação, referir-se-á ao ensino Básico, incluindo obrigatoriamente todo .... $ 1°. O plano de que trata este artigo deverá ser elaborado em conjunto ou de comum acordo, com a rede escolar mantido pelo Estado, na forma estabelecida em Lei, com a participação dos Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEB. $ 2°. – O plano Municipal Plurianual de Educação deverá estar concluído até 30 de junho do primeiro ano da posse do novo Prefeito e conterá programa abrangendo inclusive o primeiro ano da legislatura seguinte.**(falar com Andréia)**
	227°.		III – Conselho Municipal de Educação IV – Conselho Municipal do FUNDEB $ 2° $3°. Rever com Cida para redação final

Fl Nº 168/2008
Processo 079/2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	230°.		O Poder Executivo Municipal tem como dever atender a população local com: I – creches para criança de 0 (zero) a 3(três)anos com mínimo de 6 (seis) horas / dia; II – pré-escolar para crianças com mais de 3 (três) anos até 6 (seis) anos, com mínimo de 4 (quatro) horas / dia; III – ensino fundamental para crianças com mais de 6 (seis) até 16 (anos), com mínimo de 4 (quatro) horas / dia IV – EJA – Educação de Jovens e Adultos, para os alunos fora da idade escolar (V – Educação Especial para os alunos portadores de necessidades especiais. $ Único – a pensar
		Capítulo III	
		Seção III	Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Idoso e Do Deficiente Proposta a seguinte alteração: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Idoso e Do Portador de Necessidades Especiais
	252°.		É dever da família, da sociedade e do Poder Público, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e aos deficientes com ..... Proposta a seguinte alteração: É dever da família, da sociedade e do Poder Público, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.....

Fl Nº 169 / 2008
Processo 079 / 2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	253°.		II – assistência, prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, senhorial e mental. III – concessão de incentivo às empresas para adequação de seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho aos deficientes; V – integração social de deficientes, mediante treinamento para o trabalho; Proposta as seguintes alterações: II – assistência, prevenção e atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais física, senhorial e mental; III – concessão de incentivo às empresas para adequação de seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho aos portadores de necessidades especiais; V – integração social de portadores de necessidades especiais, mediante treinamento para o trabalho.
	255°.		É assegurado, na forma da Lei, aos deficientes e aos idosos..... Proposta a seguinte alteração: É assegurado, na forma da Lei, aos portadores de necessidades especiais e aos idosos.....
	262°.		I – criar centros profissionalizantes para treinamento, habilitação e reabilitação de portadores de deficiências, oferecendo.... II – instituir serviços de sistema "Braille" de forma a atende as necessidades sociais dos portadores de deficiências visuais. Proposta as seguintes alterações: I – criar centros profissionalizantes para treinamento, habilitação e reabilitação de portadores de necessidades especiais, oferecendo.... II – instituir serviços de sistema "Braille" de forma a atende as necessidades sociais dos portadores de necessidades especiais visuais.

Processo 029/2008
Fl Nº 170/2008

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
	272°.		O Município concederá transporte coletivo gratuito aos idosos acima de 65 anos e às pessoas portadoras de deficiência..... Proposta a seguinte alteração: O Município concederá transporte coletivo gratuito aos idosos acima de 65 anos e às pessoas portadoras de necessidades especiais....
	276°.		Na primeira sessão ordinária de cada legislatura, o Prefeito fará exposição na Câmara Municipal, prestando contas da situação política administrativo-financeira do Município. Proposta a seguinte alteração: Na primeira sessão ordinária de cada ano, o Prefeito fará exposição na Câmara Municipal, prestando contas da situação política administrativo-financeira do Município.
68°.	29°	Revogado	Porque revogar este artigo que descreve algumas das atividades da Mesa Diretora da Câmara?
	30°..	Revogado	Porque revogar este artigo que descreve algumas das atividades do Presidente da Câmara?
	31°.	$ 2° Revogado.	Porque revogar este artigo que apresenta como se convoca a sessão extraordinária
	32°.	Revogado	Porque revogar este artigo que apresenta como se faz a votação na Câmara?
	33°.$1°.	Revogado]	A mudança do local da reunião da Câmara parece ser um item importante para figurar na LOM
	34°. $2°. a $4°.	Revogado	Estes pontos dos $2°. a $4°. são indicativos claros para os munícipes poderem acompanhar a atividade e remuneração dos vereadores, devem ficar.
	79°. completo	Revogado	Não pode revogar, pois é referente a publicidade e licitações.
	99°. $2°. e 3°.	Revogado	Não pode revogar, pois facilita a indicação dos locais das obras antes que aconteçam.
	108°. I a IV	Revogados	Não parece-me necessário revogar o I e o II, por se tratar de explicação útil ao munícipe.
	138 $1°.	Revogar	Art. 48°. da Revisão LOM já pede isto

Fl Nº 171/2008
Processo 079/2007

Revisão LOM

Artigo		Texto	Ação
PL	LOM		
68°.	139°.	Revogar	Art. 49°. da Revisão da LOM já pede para revogar.
	143°.	Revogar	Art. 50°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	144°.	Revogar	Art. 51°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	145°. e $	Revogar	Art. 52°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	t) ùnico	??	NÃO ENTENDI o que significa " o único"
	151°.	Revogar	Art. 53°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	152°.	Revogar	Art. 54°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	163°.	Revogar	Art. 57°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	164°.	Revogar	**Não existe o Art. 164 na LOM – Revogada pela Emenda de Revisão 001/2000**
	165°.	Revogar	Art. 57°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	166°	Revogar	Art. 57°. da Revisão da LOM já pede para revogar
	167.	Revogar	OK
	168°.	Revoga	Não concordo,

Fl Nº 172/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE AS ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS, DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E PARTICULARES, DEPARTAMENTOS, ONGS, SINDICATOS, CLUBES E ENTIDADES MUNICIPAIS PARA PARTICIPAREM DA "AUDIENCIA PÚBLICA", A REALIZAR-SE NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DESTA CASA DE LEIS (LOM).

NOMES	ASSINATURAS	DATA
ADÃO PADILE DOS SANTOS *Presidente da Associação Bairro Fundão* *Estância Turística de Holambra*		16.10.07
ADRIANA BABLER *Diretora da EMEB Parque dos Ipês* *Estância Turística de Holambra*		18.10.07
ALCIR CAETANO *Diretor de Segurança e Trânsito* *Rua Solidagos* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07.
ANDREAS BOERSEN *Presidente da COOPERFLORA* *Estância Turística de Holambra*		18.10
ANTONIO HULSHOF *Presidente do Rotary Club* *Estância Turística de Holambra*		18-10
APARECIDA PRATES MAGALHÃES *Presidenta do Conselho de Educação* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
CELSO CAPATO *Prefeito Municipal* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
CRISTIANE BELONCE DURANTE *Diretora da EMEB Jardim das Primaveras* *Estância Turística de Holambra*		17/10

Fl Nº 173/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DANIEL TURINI *Presidente da Assoc. Bairro dos Imigrantes* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07.
Dr. FERNANDO FIORY DE GODOY *Gestor CONSAÚDE* *Estância Turística de Holambra*	Simone	17/10/07
Dr. MARCELO GRANDINETTI ADELINO *Delegado Municipal* *Estância Turística de Holambra*		17.10.07.
Dr. POLIANA PERES CHAIB *Diretora do Depto. de Saúde* *Estância Turística de Holambra*	Simone	17/10/07
EDUARDO WALRAVENS *Presidente da Cooperativa* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07
ELIZABETE BRITO *Diretora da EMEI Joaquim Felipe de Almeida* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
ELIZEU ALTOMANI *Presidente da Associação do Bairro Morada das Flores* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07
ÉRICO POZZER *Diretor da Cooperativa do Abatedouro* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
FAUSTO FILIPINI *Presidente do Conselho Tutelar* *Estância Turística de Holambra*		17-10-07-
FRANCISCO DE ALMEIDA *Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agron* *Estância Turística de Holambra*		

Fl Nº 174/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

FRANCISCO SCHOENMAKER *Presidente do CMDU e SUPREMA* *Estância Turística de Holambra*	SUP.	17-10-07
GERALDO EYSINK *Presidente do Colégio VAN GOGH-COC* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ *Presidente do COMDEMA* *Estância Turística de Holambra*		17.10.07
IZILDA CRISTINA REINELT *Presidenta da Associação DOE VIDA* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
JAIME GASTALDO *Presidente Associação Vila de Holanda* *Estância Turística de Holambra*	18/10/07	
JOHANNES MARIA VAN OENE *Presidente da Cooperativa de Insumos* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07
JOSÉ BENEDITO DAINEZE *Presidente da associação de Agricultores de Holambra* *Estância Turística de Holambra*		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA *Vice-Prefeito Municipal* *Estância Turística de Holambra*	Fabiana	17/10/07
KEES SCHOENMAKER *Presidente da Cooperativa Veiling* *Estância Turística de Holambra*	Jolaine Neves	17.10.07.
LEILA PACHECO *Responsável pelo Jornal da Cidade – JC* *Estância Turística de Holambra*		17.10.7

Fl Nº 175/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

LÚCIA HELENA BAIÃO *Diretora da EMEB Bairro Palmeiras* *Estância Turística de Holambra*	17/10	
LUÍS CARLOS GOMES JÚNIOR *Presidente do SINTRA* *Estância Turística de Holambra*	17/10	
MARIA APARECIDA ARANHA RANGEL *Diretora da Escola São Paul* *Estância Turística de Holambra*		17/10
MARIA J. G. K. TIMMERMANS *Associação Príncipe Bernardo* *Estância Turística de Holambra*	Valquiria Nunes	17/10.
MOYSES LUPION FILHO *Presidente da Associação do B. Palm Park* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07
NEIDE BECKER DE ALMEIDA *Diretora de Educação* *Rua das Primaveras* *Estância Turística de Holambra*	17/10	
NORIVAL GUADAGHIN *Presidente do SINTAGRO* *Estância Turística de Holambra*		17/10/2007
ODUVALDO SILVA PINTO *Presidente da Associação Comercial – ACE* *Estância Turística de Holambra*		17/10.2007
OSMAR CÂNDIDO ALVES *Presidente da COOPERPLANTAS* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07.
PAULO MARCOS TROVA *3º Sargento da Polícia Militar – PM* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07

Fl Nº 176/2008

Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL *Rua primavera (TRANS WEEL)* *Estância Turística de Holambra*		17/10/07
REGIANE VAN LEEUWEN *Diretora da EMEB Novo Florescer – B. Fundão* *Estância Turística de Holambra*	17/10	
RENATO LABANORI *Diretor de Esportes* *Estância Turística de Holambra*		18/10-
RENATO OPITZ *Presidente da HAMIGOS* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07
RINA VAN SCHAIK *Diretora da Escola Participação* *Estância Turística de Holambra*	17/10/2007	Daniela Quiste
ROSÂNGELA APARECIDA MARTINS *Diretora da EESG. Ibrantina Cardona* *Estância Turística de Holambra*	17/10/2007	
SORAIA CRISTINA R. SANTOS *Diretora da EMEB Jardim Flamboyant* *Estância Turística de Holambra*		
SORAIA DE PAULA CORAGEM *Presidenta da Associação de Estudantes* *Rua Petúnias, 55 – Jardim das Tulipas – 3802-2864* *Estância Turística de Holambra*		18/10/07
VALTER HULSHOF *Presidente Associação de Agricultores de Artur Nogueira* *Estância Turística de Holambra*	17/10/07	
SUZANA VAM HAM *Supervisora de Educação* *Estância Turística de Holambra*	17/10	
WAGNER GALVÃO *JUNTA MILITAR* *Estância Turística de Holambra*	17/10/07	

Fl Nº 177/2008
Processo 079/2007

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Carla, o Pe. Jalon que vai apresentar nova Redação

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _68º._____ § ___2º.___ inciso ___ item _ alínea

Texto da Emenda:

Parágrafo 2º. – É vedado ao Prefeito, aos Secretários ou Diretores em função equivalente, desempenhar função administrativa em qualquer empresa privada.

Justificativa:
Não se pode acumular estes cargos no Executivo e ao mesmo tempo ser dirigente de empresa privada, por incompatibilidade de horário.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:46
Secretaria

Fl Nº 178/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _10._____ § ___ inciso _XVII _ item _ alínea

Texto da Emenda:
estabelecer normas de edificação, de loteamento, arruamento e de zoneamento urbano, bem como limitações convenientes à ordenação do seu território observada a Lei Federal.

Justificativa:
Acho que este inciso é muito importante por tratar de um dos temas que mais necessitam da intervenção dos Poderes Executivo e Legislativo municipal.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 179/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 179/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

50

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: __15º.____ § _____ inciso _II_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

II– deliberar e votar sobre isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas;

Justificativa:
A LOM está escrito que II – autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas,o que pode dificultar o trabalhão do legislativo, assim o tema merece um trabalho maior que apenas "autorizar";

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 080/2008
Processo 079/2007

03

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _15º._____ § _____ inciso _V_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:
V – deliberar e votar sobre a concessão de auxílios e subvenções.

Justificativa:
A LOM está escrito que V – autorizar a concessão de auxílios e subvenções, o que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a concessão de auxílios e subvenções.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 081/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

09

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _15º._____ § _____ inciso _VI_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:
VI – deliberar e votar sobre a concessão de serviços públicos.

Justificativa:
A LOM está escrito que VI – autorizar a concessão de serviços públicos, o que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a concessão de serviços públicos.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 082/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 028 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

05

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _15º._____ § _____ inciso _XI item _____ alínea

Texto da Emenda:
XI - deliberar e votar sobre o Plano Diretor.

Justificativa:
A LOM está escrito que XI – aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que é menos abrangente que deliberar e votar sobre o Plano Diretor.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 053/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _15º._____ § _____ inciso XII item _____ alínea

Texto da Emenda:

XII - deliberar e votar sobre convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios.

Justificativa:
A LOM está escrito que XII – autorizar Convênios .... que é menos abrangente que deliberar e votar sobre o Convênios.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 084/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

07

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _16.____ § _____ inciso XII item _____ alínea

Texto da Emenda:

XII – deliberar em voto aberto, nos processos para cassação dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos caso previstos em lei;

Justificativa:
Nos dias de hoje, a transparência dos atos do Legislativo passa a ser um requisito indispensável, assim sendo não se justifica mais a manutenção do voto secreto.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 085/2008
Processo 079/2007

08

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _26º._____ § ___inciso _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado entre os presente e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão, em votação aberta, os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

Justificativa:
Nos dias de hoje a transparência dos atos dos senhores vereadores é uma necessidade, não se mantendo a posição de voto secreto.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 087/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:46
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _.31___ § ___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
caput do artigo
A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente na sede da Câmara, de 1°. de Fevereiro a 30 de Dezembro

Justificativa:
No texto original está que se reúnem na sede do Município, que não parece ser o caso.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 088/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _34º._____ § ___inciso _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
As sessões e o voto serão sempre públicos.

Justificativa:
Nos dias de hoje a transparência dos atos dos senhores vereadores é uma necessidade, não se mantendo a posição de sessões de Câmaras fechadas, para isto os senhores vereadores já contam com as reuniões das Comissões.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 089/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _35º._____ § ___inciso II _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
II – pelo Presidente da Câmara, em caso de decretação de calamidade pública ou de intervenção federal ou estadual ;

II

Justificativa:
Para permitir que o Poder Legislativo siga em funcionamento mesmo no caso de calamidade pública ou intervenção feita no município.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 090/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

12

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _35º._____ § ___inciso III _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
III – pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta da Câmara;

Justificativa:
Para permitir que o Poder Legislativo tenha um ordenamento com relação a convocação da Convocação de Sessão Legislativa Extraordinária.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 091/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _35º._____ § _2º._inciso _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
$ 2º. – Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Justificativa:
Isto significa uma redução do texto escrito pois a parte que a LOM ainda tinha neste parágrafo está já contido no $3º. do artigo 41º. da mesma LOM.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 002/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _36º._____ § _1º._inciso b_ item _____ alínea

Texto da Emenda:
realizar audiências públicas com a sociedade civil, através das suas entidades e dos munícipes de Holambra.

Justificativa:
Para tornar claro a possibilidade dos munícipes que não tem atuação ou vinculação com entidades poderem também participar de audiências públicas

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/01 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 093/2008
Processo 079/2007

15

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _38º._____ § _4º._inciso _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
4º. Os projetos de lei de que trata o $3º., serão publicados e objetos de, no mínimo, 2 (duas) audiências públicas, permanecendo posteriormente em pauta por 30 (trinta) dias para o recebimento de emendas de iniciativa dos Vereadores ou da população.

Justificativa:
Para permitir uma grande transparência ao sistema de alteração das leis mais importantes do município e o seu sistema de discussão e votação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 094/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 299/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

16

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _46º.____ § _3º.__inciso _ item _____ alínea

Texto da Emenda:
$ 3º. – A apreciação do veto pela Plenária da Câmara será dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação em aberto.

Justificativa:
Nos dias de hoje a ação do vereador tem que ser muito transpartente, não se podendo manter os seus votos em secreto.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 095/2008
Processo 079/2007

17

Fl Nº 096/2008
Processo 079/2007

Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

18

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _74º._____ § ___2º.___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Parágrafo 2º. – deverão estabelecer a obrigatoriedade da declaração pública de bens pelos seus diretores, na posse e desligamento, cujas cópias serão registradas na Câmara Municipal e terão os mesmos impedimentos do Prefeito e dos Vereadores, enquanto neles permanecerem.
Inciso VI

Justificativa:
Por se tratar de funções importantes no quadro administrativo do Poder Executivo, parece-me que esta declaração pública de bens é um dos quesitos que o TCE pede.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 098 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 097/2008
Processo 079/2007

20

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _154º._____ § ___.___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Poder Executivo Municipal, de acordo com as diretrizes fixadas no Plano Diretor do Município para as áreas urbanas e rurais e de acordo com os pareceres dos Conselhos Municipais de: Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e De Meio Ambiente, criará e regulamentará zonas de distritos industriais, por meio de Lei Municipal, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Estado,

Justificativa:
Trata-se de uma redação mais compatível com o atual estado da legislação vigente no município.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 098/2008
Processo 079/2007

22

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _218._____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Poder Executivo Municipal publicará e enviará uma cópia à Câmara e aos Conselhos Municipais de Ensino e Fundeb até 15 (quinze) .....

Justificativa:
Caput do artigo
Adpatação visando a adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 099/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

37

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _220.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Poder Executivo Municipal aplicará anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento exclusivo de ensino público Municipal, obedecendo o preceituado na Lei Federal

Justificativa:
Caput do artigo
Adpatação visando a adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 100/2008
Process 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 004
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _276.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Na primeira sessão ordinária de cada ano, o Prefeito fará exposição na Câmara Municipal, prestando contas da situação política administrativo-financeira do Município.

Justificativa:
Permitirá a população de Holambra uma exposição do que a gestão do Executivo proporcionou de bons resultados no ano anterior, este texto já existe na LOM atual, apenas foi acrescido um esclarecimento.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:46
Secretaria

Fl Nº 101/2008
Processo 079/2007

49

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada ( )

Duplicidade

Dispositivo a emenda: Artigo: _221.____ § __ _.___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
O Plano Municipal Plurianual de Educação, referir-se-á ao ensino Básico, incluindo obrigatoriamente todo ....

$ 1°. O plano de que trata este artigo deverá ser elaborado em conjunto ou de comum acordo, com a rede escolar mantido pelo Estado, na forma estabelecida em Lei, com a participação dos Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEB.
$ 2°. – O plano Municipal Plurianual de Educação deverá estar concluído até 30 de junho do primeiro ano da posse do novo Prefeito e conterá programa abrangendo inclusive o primeiro ano da legislatura seguinte

Justificativa:
Caput do artigo e seus parágrafos
Adaptação visando a adequação a atual legislação existente no âmbito da Educação.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:46
Secretaria

Fl Nº 103/2008
Processo 079/2007

40

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _135._____ § __Único_ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

As edificações e obras urbanas poderão ter características e arquitetura típica de origem comprovadamente Holandesa.

Justificativa:
O texto anterior abria a oportunidade para "...arquitetura típica de seu povo de origem" sem mais detalhes, o que pode ensejar que os de origem italiana, japonesa ou de qualquer outra nação possam usar este parágrafo único para pleitear os seus benefícios.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 102/2008
Processo 079/2007

52

SUGESTÕES DE NOVA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada ( )

Duplicidade !

Dispositivo a emenda: Artigo: _209.____ § __ _.___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:

O Poder Executivo Municipal criará e manterá os seguintes conselhos municipais ligados à Educação:

I – Conselho Municipal de Educação
II – Conselho Municipal do FUNDEB
$ Único – As atribuições, composição e funcionamento destes Conselhos serão definidas em lei.

Justificativa:

Adaptação da linguagem específica para a área de Educação com as atuais modificações ocorridas.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 104/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _68º._____ § _____ inciso ____ item h_ alínea

Texto da Emenda:

Ficam mantidos os $ 2º, 3º, e 4º, do artigo 34 da LOM

Justificativa:
Nos dias de hoje a transparência dos atos dos senhores vereadores é uma necessidade, não se mantendo a posição de voto secreto.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 105/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _68º._____ § ___inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

m) Tem que ser mantido na sua totalidade (art. 99 e seus incisos e parágrafos), pois facilita a indicação dos locais das obras antes que aconteçam.

n) Manter o I e o II do art. 108.

v) manter o art 168 da LOM

Justificativa:

m) Regula como devem ser contratadas as obras, portanto devem ser mantidas.

n) o assunto tratado neste artigo e seus incisos é esclarecedor para o munícipe, portantodeve permanecer.

v) por conter orientações a respeito de controle e fiscalização, mesmo que por conta de lei, por constarem da LOM tem mais força para a fiscalização.;

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 106/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _63º._____ § __._inciso _IV _ item _ alínea

Texto da Emenda:

permitir que o Município de Holambra faça parte de consórcios intermunicipais para o gerenciamento do lixo domiciliar urbano, rural e de resíduos sólidos.

Justificativa:
Não se justifica a abertura de possibilidade de estabelecer um sistema autônomo de gerenciamento de lixo, exceto se em regime de consórcio intermunicipal, pois assim estaríamos reduzindo despesa com este item.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 107/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _68º.____ § ___.___ inciso __ __ item k_ alínea
Texto da Emenda:
Manter o Artigo 79, seus incisos I e II e $1º., alterando apenas o parágrafo 2º.

Parágrafo 2º. – Verificada a violação do disposto neste artigo, caberá à Câmara Municipal representar ao Ministério Público, pedindo as providências cabíveis.

Justificativa:
É importante que o munícipe possa saber o que pode conter a publicidade dos atos. Ainda parece-me que a competência da Câmara Municipal é a de acionar o Ministério Público em casos como este de propaganda com outros fins que os expostos neste artigo.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 108/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: __3º.____ § _____ inciso _V_____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

V – planejar o uso e ocupação do solo em seu território, suplementando no que couber a legislação federal e estadual, estabelecer normas de edificação e zoneamento urbano e dispor sobre o Plano Diretor. (se for aceito, inclui o XVII da LOM existente)

Justificativa:
Com este texto este artigo abrange uma gama mais completa de temas ligados à ocupação do solo.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 109/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _47º._____ § ___3º..___ inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
$ 3º. O Plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas e munícipes interessados da comunidade.

Justificativa:
Tem a finalidade de permitir claramente a participação de munícipes que não estejam vinculados com nenhuma entidade e que tenham interesse no assunto.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 110/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _25º._____ § ___6º..___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Eliminar o $ 6º.

Justificativa:
Não me parece oportuno criar as condições para que os gastos de uma imprensa oficial possam a vir aparecer no Orçamento Municipal, pois os recursos para este serviço podem ser melhor utilizados em outros setores mais prioritários, como saúde, escola, segurança, meio ambiente.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 111/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _30º._____ § ___2º..___ inciso __ __ item _ alínea

Texto da Emenda:
$ 2º. – A permissão será outorgada por tempo determinado, a titulo precário, mediante autorização legislativa e formalizada mediante contrato de adesão.

Justificativa:
Parece-me que o uso de bens municipais por terceiros por tempo indeterminado é algo que não parece coerente, por isto deve ser por tempo determinado e passara pelo crivo da Câmara dos Vereadores para evitar comentários de favorecimento que possam advir pela tomada de decisão do Poder Executivo.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 038 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 112/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _41°._____ § ___..___ inciso __ item _ alínea

Texto da Emenda:
Caput do artigo
O Poder Executivo publicará e enviará à Câmara Municipal, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório completo e resumido da execução orçamentária, assim como o balanço patrimonial e demonstrativo completo e resumido das receitas e despesas executadas no mesmo período

Justificativa:
Como Holambra processa a sua contabilidade no sistema Audesp, a publicação destes dados parece não constituir maior problema.O fato da CF não ser tão abrangente, não impede que o Município seja mais transparente na divulgação dos seus dados. .

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

FI Nº 113/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 004
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _56º._____ § ___inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:

a) Artigo 158 – Inciso I letra d – suprimir
b) Art. 158 Inciso III letra b - suprimir
c) Art. 158 – Inciso III – letra d – suprimir
d) Art. 158 Inciso VI introduzir Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual e as suas atualizações anuais
e) Art. 159 da proposta de alteração de Lei – mudar para 160, já que o Art. 159 da LOM atual segue vigente.

Justificativa:

a) não existe terras municipais que possam ser objeto de arrendamento.
b) a letra b deste inciso apresenta uma irregularidade de redação já que garante e fiscaliza os serviços de transporte irregular dos trabalhadores rurais.
c) a letra d deste inciso expressa a formação de um conselho que vai ser o artigo 159 da LOM já existente.
d) Este inciso se impõe pela dinâmica que o setor de Agricultura já tem que seguir hoje, segundo orientação estadual.
e) o Art. 159 da atual LOM deve permanecer pois marca com clareza o sentido do Conselho de Desenvolvimento Rural, que é a única alteração que deve existir neste artigo, assim na proposta de alteração da LOM devem ser ajustados os números a partir de 160. – O Plano Diretor de Desenvolvimento Rural.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 115/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _55º._____ § ___inciso _ _ item _ alínea

Texto da Emenda:
Apenas ajustar o número do art. da LOM que deve ser 156 e não 157

Justificativa:
Parece-me ter havido um erro de redação, já que o artigo 157 na LOM está revogado.

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 018 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

Fl Nº 116/2008
Processo 079/2007

SUGESTÕES DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Acatada ( )
Não acatada (X)

Dispositivo a emenda: Artigo: _6º._____ § _____ inciso XXIV____ item _____ alínea

Texto da Emenda:

XXIV - deliberar e votar sobre a realização de empréstimos....

Justificativa:
A LOM está escrito que XI – autorizar a realização de empréstimos, ... que é menos abrangente que deliberar e votar sobre a realização de empréstimos,.....

Proponente: _Géza Árbocz_____ Fone: 3802-2325

Endereço: Rua Camélias, 62 Centro

Data: 10.10.07_ Assinatura: _____

Fl Nº 117/2008
Processo 079/2007

PROTOCOLO
Nº de Ordem 279/2007
Fls. Nº 028 Livro Nº 009
Data 15/10/07 Hora 16:40
Secretaria

gestão
consultoria empresarial

Campinas, 28 de janeiro de 2008.

Ofício especial

Ref. Análise de Emendas à Lei Orgânica do Município e Holambra apresentadas à Comissão de Sistematização sem indicação de origem.

Excelentíssimo Senhor,

Recebemos uma série de SUGESTÕES DE EMENDA À NOVA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, as quais indicam como proponente Géza Árbocz, não qualificado e que também não se trata de Vereador Municipal, pelo que presumimos tratar-se de Munícipe.

As sugestões, não se encontram numeradas, apresentando apenas o mesmo número de protocolo, junto à Secretaria sob nº 279/2007, registrado no mesmo livro e fls., respectivamente 009 e 018, à mesma data e hora.

Consta ainda que as sugestões se encontram ACATADAS, pelo que nos foi solicitado análise quanto a legalidade das mesmas, com emissão de PARECER.

Desta forma, para que possamos identificar de maneira adequada cada uma das sugestões de emenda à Lei Orgânica recebidas via correio, estamos numerando as mesmas que receberam a numeração de 001 a 028, e retornando-as juntamente com a análise e parecer que segue com o presente ofício.

Aproveitamos a oportunidade para transmitir-lhes nossos mais elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Rafael Angelo Chaib Lotierzo
OAB/SP nº 92.255

PROTOCOLO
Nº de Ordem 044/2008
Fls. Nº 008 Livro Nº 009
Data 08/02/08 Hora 14:40
Secretaria

R. Barão de Paranapanema, 146 - CJ 53A - 5º andar - Bosque - Campinas - SP – CEP 13.026-900 – Tel. 19-21216203 cel. 19-96071048 – e-mail gestaoconsultoria@terra.com.br

Fl Nº 118/2008
Processo 079/2007

Consta ainda que as sugestões se encontram ACATADAS, pelo que nos foi solicitado análise quanto a legalidade das mesmas, com emissão de PARECER.

Desta forma, para que possamos identificar de maneira adequada cada uma das sugestões de Emenda à Lei Orgânica recebidas via correio, estamos numerando as mesmas que receberam a numeração de 001 a 028, para análise e PARECER como segue.

ANÁLISE

Passamos a analisar sugestões de emenda conforme numeradas:

001 – entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo;

002 – não vemos impedimento legal à emenda tratando-se de questão de conveniência a ser analisado pela Casa de Leis;

003 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo;

004 – entendemos que as alterações propostas seriam mais adequadas se incorporadas ao Plano Diretor do Município, não se tratando de matéria adequada à Lei Orgânica;

005 – , II – de acordo;

Fl Nº 120/2008

Processo 079/2007

IV – de acordo, resguardado o prazo legal para implantação do ensino de 09 anos, ou seja até 2009, garantindo assim o atendimento de crianças até 06 anos na Pré Escola. O tecnicamente correto é uma redação mais impessoal e genérica: *atendimento às crianças em creche e pré-escola na forma da lei.*

No mais nada entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo .

006 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo;

007 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo;

008 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo;

009 – Nada a opor, sugerimos que a redação seja a mais genérica e impessoal possível a evitar novas emendas à Lei Orgânica. Portanto a redação poderá ser a seguinte: *O Município criará e manterá Conselhos Municipais ligados a Educação na forma que a lei determinar*, até mesmo porque além do Conselho de Educação, FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar, poderão ser criados a nível federal outros. Portanto a redação feita dessa forma mantém a LOM atualizada.

Fl Nº 121/2008

Processo 079/2007

010 - entendemos estar em termos de legalidade, a primeira parte da sugestão tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação de conteúdo; No tocante ao segundo ponto ***lista única por segmento***, trata-se de modificação que embora não tenha ilegalidade, carece de verificação de conveniência junto aos órgãos da Educação Municipal;

011- entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

012 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

013 – trata-se de proposta idêntica à nº 009, remetendo às conclusões ali adotadas;

014 – reportamo-nos ao item 09, e nesse ponto modifica-se a redação para Conselhos Municiais ligados diretamente a Educação.

015 - ...idem ao anterior. Entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

016 – idem aos comentários dos itens anteriores, alteração somente de redação.

017 -Entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

Fl Nº 122/2008
Processo 079/2007

Campinas, 28 de janeiro de 2008.

CONSULTA

Nº - CAMHOL-01-2008

Consulente: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Assunto: SUGESTÕES DE EMENDA A NOVA LEI ORGÂNICA DE HOLAMBRA.

RELATÓRIO

Trata a presente consulta de questionamento do uma série de SUGESTÕES DE EMENDA À NOVA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, as quais indicam como proponente Géza Árbocz, não qualificado e que também não se trata de Vereador Municipal, pelo que presumimos tratar-se de Munícipe.

As sugestões, não se encontram numeradas, apresentando apenas o mesmo número de protocolo, junto à Secretaria sob nº 279/2007, registrado no mesmo livro e fls., respectivamente 009 e 018, à mesma data e hora.

Fl Nº 119/2008

Processo 079/2007

018 - trata-se de proposta idêntica à nº 017, remetendo às conclusões ali adotadas;

019 - O artigo 227 deve seguir as mesmas diretrizes dos demais dispositivos, portanto, reportamo-nos as modificações sugeridas no item 09, devendo a redação ser alterada para Conselhos Municipais ligados a Educação.

020 – de acordo

021 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

022 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

023 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

024 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

025 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

026 - entendemos estar em termos de legalidade tratando-se de emenda de alteração de redação, sem modificação relevante de conteúdo;

027 - .vide inciso IV, do artigo 10, que dispõe especificamente

028 - ... idem ao item 019.

Fl Nº 123/2008
Processo 079/2007